

AVISOS

AVISO 1: Os certames licitatórios da CAIXA passam a ser exclusivamente por meio eletrônico

Para participação é necessário que o licitante tenha cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br).

AVISO 2: Informamos que foi implantada, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o licitante deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

O repositório visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações CAIXA, assim o licitante não terá mais que realizar individualmente o *upload* dos documentos de habilitação para cada certame que tenham interesse de participar.

O licitante deverá incluir no repositório do cadastro a documentação de habilitação exigida neste edital e alterar quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame o licitante deverá selecionar os documentos de seu repositório e vincular ao certame/item de interesse, de acordo com as disposições estabelecidas no Edital de interesse.**

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;
- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos

poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;

✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;

✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;

✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;

✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;

✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;

✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;

✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.

✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA
4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC
0800 726 0101

Ouvidoria
0800 725 7474

EDITAL**CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES - CECOT****LICITAÇÃO CAIXA 0219/2024 – CECOT tipo MENOR PREÇO****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 25/07/2024**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT, representada por Licitador (empregado CAIXA que realiza os procedimentos da Licitação CAIXA), designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para o fornecimento descrito no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023, e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado até às 09:30 horas do dia 08/08/2024 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 10:00 horas do dia 08/08/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às 10:00 horas do dia 08/08/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das 10:00 horas até às 10:30 do dia **09/08/2024**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até o dia 01/08/2024, exclusivamente por meio eletrônico, por umas das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF →

acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link IMPUGNAÇÃO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR IMPUGNAÇÃO → registrar os argumentos e confirmar.

- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “IMPUGNAÇÃO” → selecionar o botão “CADASTRAR IMPUGNAÇÃO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.

A decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis contados do seu recebimento.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às 23:59 horas do dia 01/08/2024, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link QUESTIONAMENTO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR QUESTIONAMENTO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “QUESTIONAMENTO” → selecionar o botão “CADASTRAR QUESTIONAMENTO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 2 dias úteis antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

1 DO OBJETO

- 1.1 Registro de Preços, para fornecimento e montagem de mobiliário estofado, para unidades da CAIXA, ativas ou que vierem a ser instaladas na Região Centro-Oeste do País, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
ANEXO VI	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUIO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
ANEXO VIII	VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS

- 1.1.1 As especificações do objeto, a quantidade total estimada, os locais de entrega e a forma de execução do objeto constam do(s) Anexo(s) deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

- 2.1.1 A documentação de habilitação deve constar no repositório de documentos que fica no Cadastro do Licitante. As instruções constam do “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ou na área pública do Portal em *FAQ* e *TUTORIAIS*. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.

- 2.1.1.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.7.

- 2.1.2 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar

tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.

- 2.1.2.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.2.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → *Aba Manuais*.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses previstas no §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE deve apresentar declaração nos termos do Anexo V, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.7.
- 2.3 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas.
- 2.4 Não é admitida nesta licitação a participação de empresas:**
 - 2.4.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste Edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
 - 2.4.2 Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
 - 2.4.3 Organizadas sob a forma de cooperativas, tendo em vista que pela natureza dos serviços existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a empresa contratada, bem assim de pessoalidade e habitualidade, e por definição não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados.
 - 2.4.4 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso ou impedidas de licitar e contratar com a União, ou que tenham sido

declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;

- 2.4.5 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.4.6 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.7 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.8 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.9 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.10 Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.4.11 Aplica-se a também a vedação prevista no item 2.4:
 - 2.4.11.1 À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
 - 2.4.11.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
 - 2.4.11.3 Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o

Cadastro no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo os passos abaixo.

- 3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.
- 3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.
- 3.2 O CADASTRO é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.
- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.

- 3.6 Para participar desta LICITAÇÃO CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CRENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “Credenciamento em Novos Certames” e marcar Comprador “**CAIXA**”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Credenciamento”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do item 2.2, a licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”, constante da opção “Credenciamento”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todas as Licitações CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação CAIXA.
- 3.9 O link “Credenciamento em novos certames”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “Edital”.
- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciar” no certame escolhido, serão apresentadas as

seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

4 DO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico – Licitações CAIXA, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

4.2 Se o Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do certame, ele será suspenso e retomado somente após a comunicação via *e-mail* aos participantes.

4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.

4.4 Caberá à licitante:

4.4.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4.2 Comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk – 4004-0104 - Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-104-0104 - Demais localidades**, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.4.3 Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.

4.4.4 Manter a gestão da documentação de habilitação que ficará anexada no repositório de documentos no CADASTRO DO FORNECEDOR no Portal de Licitações CAIXA.

4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Licitação CAIXA.

5 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A Proposta Comercial (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.
- 5.2 A **Proposta Comercial com preço GLOBAL** deve ser anexada em arquivo **ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.1 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II) e corresponde ao **VALOR GLOBAL** que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.2 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.2.4 **Além dos Preços unitários e Global, o licitante deverá preencher na proposta comercial, o valor do desconto a ser aplicado no TRADE IN, que deverá, no mínimo, ser de 04% (quatro por cento).**
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone e e-mail;
- 5.3.2 Preço **GLOBAL** para Registro de Preços, para fornecimento e montagem de mobiliário estofado, para unidades da CAIXA, ativas ou que vierem a ser instaladas na Região Centro-Oeste do País, de acordo com o modelo de proposta do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.

- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos;
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.2.3 Percentual de desconto oferecido para operação de *TRADE IN*, que deverá ser, no mínimo, de 04% (quatro por cento).
- 5.3.3 Descrição detalhada de cada equipamento ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante;
- 5.3.4 Prazo de garantia dos equipamentos ofertados, não inferior a 05 (cinco) anos, contados da data do recebimento provisório da instalação dos equipamentos;
- 5.3.5 Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas.
- 5.3.6 **Declaração do licitante de que:**
- I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
 - II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste Edital.
 - III) cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
 - IV) o(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);
- 5.3.7 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.
- 5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-mail, a confirmação do recebimento.

5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.

5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.

6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7.

6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.

6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial referida no item 5.3, com os respectivos valores adequados ao preço do lance vencedor, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:

- condições do item 6.5 e subitens;

- compatibilidade entre o preço ofertado e aqueles praticados no mercado, bem como a sua coerência com a execução do objeto desta licitação;

- O desconto a ser aplicado no trade in será de, no mínimo, 4% (quatro por cento), acrescido do percentual ofertado na fase de negociação.

- 6.4.1 A proposta e a planilha de preços adequadas devem ser encaminhadas no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA”, anexar os arquivos e confirmar.
- 6.4.2.1 Encerrada a licitação, o Licitador divulgará no www.licitacoes.caixa.gov.br os atos de declaração do vencedor, a homologação do certame, bem como as planilhas com os valores unitários e global estimados pela CAIXA para a presente contratação, com a disponibilização de Ata de Encerramento.
- 6.5 Será desclassificada a proposta que:**
- 6.5.1 Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;
- 6.5.2 Contenha vícios insanáveis;
- 6.5.3 Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4 Apresente preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
- 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.5 Apresente preços superiores aos valores estimados pela CAIXA;
- 6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global e unitário(s), que se apresentem superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo VIII.
- 6.5.5.1.1 O desconto previsto para aplicação na operação de TRADE IN não interfere na análise do valor máximo estimado, eis que será aplicado sobre o valor final negociado, e, somente quando a CAIXA optar por tal operação.**
- 6.5.5.1.2 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que o(s) preço(s) global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela Caixa, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados.
- 6.5.5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de

classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

- 6.5.6 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.8 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.8.1 A CAIXA poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsídio ao julgamento, inclusive, no que se refere à apresentação de especificações claras e precisas, com a indicação de marcas, cores, formato, etc., e anexação de catálogos ou croquis ilustrativos para melhor identificação do material cotado, quando for o caso.
- 6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “EFETUAR LANCES”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO GLOBAL.

- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 17 deste Edital.
- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
 - 7.2.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
 - 7.2.2 No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
 - 7.2.3 Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.
 - 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
 - 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das

propostas.

- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.
- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
- 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
- 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de o licitante apresentar proposta de preço inferior ao do licitante mais bem classificado que não se enquadra como MPE.
- 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
- 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
- 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de

juízo.

7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço, objeto dessa licitação, conforme abaixo:

I produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II produzido ou prestado por empresas brasileiras;

III produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.

7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.11 O percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de **forma linear** sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital.

7.11.1 O desconto previsto para aplicação na operação de *TRADE IN* não interfere na incidência do desconto linear, eis que será aplicado sobre o valor final negociado, e, somente quando a CAIXA optar por tal operação.

7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br - acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link → “EFETUAR NEGOCIAÇÃO”.

7.13 Na etapa de negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial com a descrição detalhada dos custos e com os respectivos valores adequados ao preço negociado.

- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8 DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- habilitação jurídica;
 - qualificação técnica;
 - qualificação econômico-financeira;
 - regularidade fiscal federal;
 - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na Área Logada do Fornecedor, acesse o link “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” e selecione o item desejado, acione o botão “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO**”, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão “**CONFIRMAR**”. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e, para confirmar, acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 8.1.2 As instruções também constam do “**MANUAL DO FORNECEDOR GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.
- 8.1.3 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista, caso exigida:

Nível I – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica;

Nível III – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal e trabalhista;

Nível V – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

Nível VI – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial e à comprovação de boa situação financeira da proponente.

- 8.1.3.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação do licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.1.3.2 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.
- 8.1.3.3 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta ‘on line’ no SICAF, opção “Situação do Fornecedor”, depois de verificada a aceitabilidade da proposta.
- 8.1.3.4 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- 8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- 8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> .

8.3 A documentação relativa à regularidade fiscal federal consistirá em:

- 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.
- 8.3.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.3.4 A MPE que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.3.4.1 Na situação supra, será assegurado à MPE declarada vencedora, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, para comprovar a sua regularidade fiscal.

8.4 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

- 8.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.4.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{Ativo Total}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.4.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices, a partir das informações do balanço patrimonial do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 1.982.553,41 (Hum milhão, novecentos oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais, quarenta e um centavos).

8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Total (Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante)}$$

8.4.3.1.1 Para a licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço da empresa, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei.

8.4.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.

8.4.3.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

8.4.3.3.1 Publicado em Diário Oficial; ou

8.4.3.3.2 Publicado em jornal, ou

8.4.3.3.3 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

- 8.4.3.3.4 Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.
- 8.4.3.3.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.
- 8.4.3.3.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.4.3.3.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.
- 8.4.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.
- 8.4.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.5 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**
- 8.5.1 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.
- 8.5.1.1 Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m), no mínimo, o fornecimento de 25% (vinte e cinco por cento) dos itens mobiliários, conforme discriminados abaixo:
- a) Sofás (1,2 ou mais lugares): 53 (cinquenta e três) unidades;
 - b) Longarina (2 ou mais lugares): 396 (trezentos e noventa e seis) unidades;
 - c) Cadeiras e poltronas – base com rodízios – 1216 (Hum mil duzentos dezesseis) unidades;
 - d) Cadeiras ou poltronas – base fixa: 813 (oitocentos e treze) unidades.
- 8.5.1.1.1 Para comprovação do quantitativo acima, é permitido o somatório de atestados/ certidões/ declarações.
- 8.5.1.2 A licitante deverá apresentar a DECLARAÇÃO contida no ANEXO 1 D do termo de referência, comprometendo-se a entregar toda documentação lá elencada.

- 8.5.1.3 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) deve(m) ser apresentado(s) contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- 8.5.2 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.
- 8.5.2.1 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.2.1.1 Quando os documentos forem de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.2.2 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016.
- 8.5.3 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.6.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pelo licitante por meio de aceite do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.4.
- 8.7 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.7.1 ou 8.7.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Licitador.
- 8.7.1 Para licitante credenciado e cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;

- b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
- c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
- d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, ambiental e climática (Anexo VI).

8.7.2 Para licitante NÃO credenciado e NÃO cadastrado em cada nível do SICAF:

- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
- b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
- d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
- e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
- g) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
- e) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, ambiental e climática (Anexo VI).

8.7.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.7, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “**NOTIFICAÇÕES**”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, localizado na Área Logada do Fornecedor.

8.7.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “**DOCUMENTAÇÃO**”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.

8.7.4 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

8.7.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.

8.8 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VII - **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE** assinado.

8.8.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia

acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.

- 8.8.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 22.14 ou por assinatura física.
- 8.8.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.8.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT, no prazo de até 3 (três) dias úteis, Rua do Passeio, nº 38/40, Torre 3, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.021-290, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após solicitação do Licitador.

9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso o licitante vencedor seja MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br. Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.3 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 O Licitador efetuará a consulta “online” ao SICAF, para verificação da situação do licitante credenciado e cadastrado em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa a Declaração de “Situação do Fornecedor”.
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.

- 9.3 É assegurado ao licitante o envio de documentos complementares destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, conforme item 8.7.3.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de 02:00 horas a contar da solicitação pelo Licitador por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório e somente será confirmada após a verificação da regularidade fiscal
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, além do SICAF, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo - www.portaltransparencia.gov.br;
 - ao CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas e Serviços” → “Cadastro Improbidade Administrativa” → “Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados nos sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações”, selecionar esfera “Todos(as)”,
 - SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.

- 9.6 Não será habilitada a empresa que:**
- 9.6.1 Esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
 - 9.6.2 Não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
 - 9.6.3 Esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou esteja impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal;
 - 9.6.4 Deixar de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
 - 9.6.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.4 deste edital.
- 9.7 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.6, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação dos demais proponentes, na ordem de classificação, sucessivamente até que um licitante atenda plenamente às exigências do edital.
- 9.8 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, oportunidade em que os demais licitantes serão questionados, via Portal Licitações CAIXA – Área Logada do Fornecedor, em link específico do sistema – “Manifestar Interesse Cadastro Reserva”, sobre o seu interesse em igualar seu(s) preço(s) ao do mais bem classificado, para ser incluído no Cadastro Reserva, a manifestação deve ocorrer dentro da vigência do prazo estabelecido no agendamento, findo o qual não será mais conhecida a manifestação de interesse.
- 9.9.1 Os licitantes com propostas classificadas serão comunicados do agendamento do prazo para manifestação de interesse, via Notificação Recebidas, funcionalidade disponível na Área Logada do Fornecedor.
 - 9.9.2 Concomitantemente, no ato da manifestação, aqueles que manifestarem interesse, devem anexar a proposta comercial com o preço devidamente ajustado ao valor ofertado e negociado pelo licitante mais bem classificado.

- 9.9.3 Os licitantes que manifestarem interesse em igualar o preço ao do licitante vencedor irão compor o anexo da Ata de Registro de Preços, em caráter de reserva, respeitada a ordem de classificação da Licitação CAIXA.
- 9.9.4 O não envio da nova proposta solicitada pelo Licitador na forma do item 9.10.2 impossibilitará o licitante de compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5 O licitante cujo preço estiver registrado em caráter de reserva somente será convocado para fornecer e/ou prestar serviço no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante da Ata, ou no caso de liberação do compromisso assumido prevista no § 1º do art. 26 do Decreto 11.462/23, sempre obedecida a ordem de classificação constante da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.5.1 Somente após a ocorrência de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada e com a convocação da empresa reserva serão efetuados os procedimentos relativos à habilitação desta empresa, constantes dos itens 8 e 9 do edital.
- 9.9.6 Os procedimentos constantes do item 10, referentes à solicitação e avaliação da amostra/protótipo da empresa que compõe o cadastro reserva e que eventualmente for convocada também somente ocorrerá no momento oportuno da convocação.
- 9.9.7 A apresentação de novas propostas na forma do item 9.9.2 não prejudicará em hipótese nenhuma o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/PROTÓTIPO

- 10.1 Quando solicitado, a licitante vencedora deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a solicitação da CAIXA, protótipo de cada tipo descrito na tabela abaixo e o respectivo manual de uso e conservação, em meio eletrônico e impresso, específico para cada um dos modelos a serem fornecidos, em meio eletrônico e meio impresso, devidamente identificados com o nome do fornecedor e nº do certame:

SOFÁS, LONGARINAS, POLTRONAS E CADEIRAS (PADRÃO <i>SLIM</i>)	
MODELO	DESCRIÇÃO
SLIM-SF1	SOFÁ DE 1 LUGAR
SLIM-SF2	SOFÁ DE 2 LUGARES
SLIM-LXT	LONGARINA DE 1 LUGAR TAM XG
SLIM-L2T	LONGARINA DE 2 LUGARES
SLIM-L3T	LONGARINA DE 3 LUGARES

SLIM-PM1	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO
SLIM-PA1	POLTRONA C RODIZ E ESPALDAR ALTO
SLIM - PA2	POLTRONA RODIZ ESPALDA ALTO
SLIM-PA3	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO COM APOIO DE CABEÇA E AJUSTE LOMBAR - RESERVA TÉCNICA
SLIM-CFG	CADEIRA C RODIZ E BASE GIRATÓRIA E RODÍZIOS- RESERVA TÉCNICA
SLIM-CFA	CADEIRA FIXA ALTA BASE GIRATÓRIA E APOIO DE PÉS
SLIM-CFF	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA (clientes)
SLIM-CFP	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA E PRANCHETA
SLIM-CFC	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA PARA COPA
SLIM-PM1T	POLTRONA C RODIZ P TELEATEND

- 10.1.1 A CAIXA utilizará a(s) amostra(s) apresentada(s) para avaliação de suas especificações com as exigências deste Edital, bem como para confronto de sua qualidade com a dos materiais que vierem a ser fornecidos futuramente, sendo admissíveis eventuais estragos no material, oriundos da análise, não cabendo à proponente qualquer valor a título de ressarcimento.
- 10.1.2 O rito é obrigatório a qualquer participante, mesmo este sendo ou tendo sido fornecedor contratado pela CAIXA.
- 10.1.3 Os protótipos e respectivos manuais de uso e conservação deverão ser entregues no endereço abaixo, devidamente identificados com o nome da fornecedora/fabricante, acompanhados de correspondência indicando tratar-se de protótipos relativos à Licitação CAIXA nº 0219/2024:
- Av. Antonio Carlos Comitre, nº 86, Edifício Sede Sorocaba, 1º andar, Bairro Parque Campolim, Sorocaba/SP.
- 10.2 A licitante deverá disponibilizar equipe própria para auxiliar na desmontagem/montagem dos componentes de mobiliário durante as análises realizadas pela CAIXA.
- 10.3 A licitante de menor preço que não entregar os protótipos juntamente com os respectivos manuais de uso e conservação ou entregar estes fora do prazo estabelecido no Edital terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, tendo a CAIXA o direito de convocar a próxima licitante classificada.
- 10.4 A assinatura do contrato ficará condicionada à aprovação dos protótipos.
- 10.5 A CAIXA efetuará a análise conforme as especificações técnicas disponibilizadas e emitirá o Termo de Conformidade de Protótipo -TCP.
- 10.6 O TCP poderá:

- 10.6.1 APROVAR SEM RESSALVAS o protótipo, no caso de conformidade plena deste com as especificações técnicas apensas ao presente edital;
- 10.6.1.1 Configura-se conformidade plena do protótipo quando este atender a todos, ou seja, 100,00% os termos constantes das Especificações Técnicas e do Checklist.
- 10.6.1.2 O protótipo aprovado sem ressalvas é base de referência para fins de fornecimento tendo a licitante, no caso de contratação, a obrigação de fornecer o produto com mesma qualidade, dimensões e características daquelas observadas no protótipo;
- 10.6.1.3 Todas as informações contidas no projeto executivo e no caderno de especificações se completam. No caso de divergência de informações, prevalecerá as informações contidas no projeto executivo.
- 10.6.1.4 As variações dimensionais permitidas de acordo com o material utilizado são as seguintes:
- Chapas e perfis metálicos – variação de até 25% para mais na espessura, $\pm 5\%$ na seção do perfil e $\pm 2\text{mm}$ no comprimentos;
 - Painéis e tampos em MDP – variação de $\pm 2\text{mm}$ na largura e profundidade e 5% para mais na espessura;
 - Peças em acrílico – variação de até $\pm 1\text{mm}$ em todas as dimensões.
- 10.6.2 APROVAR COM RESSALVAS o protótipo, no caso de conformidade parcial deste com as especificações técnicas do presente edital;
- 10.6.2.1 Considera-se a conformidade parcial do protótipo quando este atende a no mínimo 90,00% dos itens das Especificações Técnicas e do Checklist deste Edital, e apresenta defeitos justificáveis, facilmente sanáveis, e que não necessitem de nova análise e/ou apresentação de novo protótipo, tais como:
- 10.6.2.1.1 Rasgo(s) em tecido ou arranhão(ões), provocado(s) durante o transporte/entrega e/ou durante a montagem;
- 10.6.2.1.2 Pequenos amassados em componentes e mecanismos os quais não comprometam o pleno funcionamento das peças e do conjunto como um todo;
- 10.6.2.2 Nesse caso, havendo aprovação com ressalvas, consideram-se ressalvas todas as inconformidades encontradas.
- 10.6.2.3 Em havendo inconformidades (ressalvas), estas deverão ser obrigatoriamente corrigidas para efeito de fornecimento definitivo caso a licitante venha a ser contratada.
- 10.6.3 REPROVAR o protótipo, no caso de desconformidade deste, ou seja, não atinja o mínimo de 90,00% das Especificações Técnicas e do Checklist anexos do Edital.

- 10.6.3.1 Configura-se desconformidade do protótipo quando este não se enquadrar na condição descrita no item anterior (APROVAR COM RESSALVAS).
- 10.7 Todos os itens deverão atingir a pontuação mínima de 90,00%.
- 10.8 Não será permitida a média da pontuação entre os itens para que seja atingida a pontuação mínima de 90,00%.
- 10.9 A aprovação sem ressalvas ou aprovação com ressalvas, constante do TCP, é pré-requisito para a assinatura de contrato de fornecimento e montagem.
- 10.10 A reprovação do protótipo analisado, constante em TCP, implicará em desclassificação da proposta, tendo a CAIXA o direito de convocação do próximo classificado.
- 10.11 Não é permitida a implantação de solução ou iniciativa não homologada tecnicamente pela CAIXA e que não conste em seus Cadernos de Padronização.
- 10.12 Não será permitida a reapresentação de protótipo sob nenhuma circunstância.
- 10.13 Além da apresentação dos protótipos será exigido da Contratada, como condição para assinatura do contrato, um Laudo de Conformidade Ergonômica (LCE) e um Laudo de Conformidade de Acessibilidade (LCA) para os seguintes mobiliários:

PADRÃO SLIM DE MOBILIÁRIO	LCE	LCA
LX		X
PA1	X	
PA2	X	
PA3	X	
PM1	X	
PM1T	X	

- 10.13.1 O LCE visa comprovar a conformidade ergonômica do produto a ser fornecido e deverá ser registrado em cartório, assinado por Ergonomista e deverá conter análise ergonômica do item com respectiva foto e código referência do produto, contendo ainda ateste de que o produto fornecido atende às exigências da norma Regulamentadora NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- 10.13.1.1 A comprovação da certificação do(a) profissional Ergonomista será feita por meio da apresentação do registro no Conselho de Classe de sua formação e certificado/diploma de especialização em Ergonomia e entregue anexa ao LCE.
- 10.13.1.2 A não apresentação de LCE e respectiva certificação do Ergonomista, conforme descrito anteriormente, juntamente com os protótipos, implicará em desclassificação da licitante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, tendo a CAIXA o direito de convocar a próxima licitante classificada

- 10.13.2 O Laudo de Conformidade de Acessibilidade (LCA) visa comprovar a conformidade do produto a ser fornecido em relação as normas vigentes de acessibilidade, especialmente a ABNT NBR 9050/2020 contendo a análise de acessibilidade do item com respectiva foto e código referência do produto. O LCA deverá ser elaborado e assinado por Engenheiro Civil ou Arquiteto e registrado em cartório. Deverá ainda ser apresentada a ART (CREA) ou RRT (CAU) do referido laudo.
- 10.14 Desde que devidamente acordado entre a CAIXA e a licitante, os protótipos apresentados para avaliação poderão ser retirados pela licitante responsável, após o final do processo licitatório, em local, data e hora determinada pela CAIXA. O protótipo que for submetido à análise será devolvido no estado em que se encontrar sem ônus para a CAIXA.
- 10.15 Mesmo tendo sido aprovado o protótipo, com ou sem ressalvas, não haverá emissão de certificado para fins de isenção de apresentação de protótipo em outro processo licitatório de mesmo objeto.
- 10.16 Durante a vigência do contrato, a CAIXA se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, a fim de verificar a conformidade destes, sem ônus à contratada.
- 10.17 Essas avaliações serão realizadas com a mesma metodologia utilizada para análise dos protótipos/amostras.
- 10.18 É facultado aos licitantes o acompanhamento da avaliação feita pela CAIXA, devendo a licitante interessada fazer requisição formal para tanto pelo e-mail licitacoes.rj@caixa.gov.br.

DOS RECURSOS

- 11.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(s) desta LICITAÇÃO CAIXA, será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br – acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “INTENÇÃO DE RECURSO” → selecionar o botão “INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO” → inserir a descrição argumentos → clicar em “ENVIAR”, no prazo de até 30 (trinta) minutos a partir da comunicação pelo sistema.
- 11.1.1 A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar Razões de Recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr

do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

- 11.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 11.1.
- 11.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link desejado RECURSO e/ou “CONTRARRAZÃO”, registrar os argumentos e confirmar.
- 11.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 11.1.1, importará a decadência do direito de recurso ficando o Licitador autorizado a declarar o licitante como vencedor da licitação.
- 11.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o resultado da licitação será submetido para homologação da autoridade competente.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

12 DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

- 12.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 12.2 Após a homologação do resultado da licitação o licitante classificado em primeiro lugar terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra o presente Edital (Anexo IV), podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela CAIXA.

- 12.2.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pelo fornecedor convocado.
- 12.3 A recusa injustificada do primeiro classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, além de implicar a perda do direito ao registro de seu preço, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se o licitante às penalidades previstas no item 17 deste Edital.
- 12.4 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 12.5 Após a assinatura da Ata do Registro de Preços, o extrato será publicado no Diário Oficial da União, contendo o(s) fornecedor(es) e o(s) preço(s) registrado(s), sendo que, a partir de então, poderão ser firmados os instrumentos contratuais, desde que no prazo de validade da Ata.
- 12.5.1 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumprido o requisito de publicidade.
- 12.6 A contratação formalizar-se-á mediante assinatura de instrumento particular pelo fornecedor mais bem classificado, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora, conforme minuta de Contrato que integra este Edital (respectivamente, Anexos III e IV)
- 12.7 Fica impedida de ser contratada o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas no item 2.4.
- 12.8 A empresa com preço registrado que não for cadastrada no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis I, II, III e VI, como condição para assinatura do contrato.
- 12.9 É condição para a assinatura da Ata de Registro de Preços a apresentação da seguinte documentação:
- 12.9.1 TERMO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO MOBILIÁRIO conforme modelo do Anexo I E do termo de referência;
- 12.9.2 Registro ou prova de inscrição do licitante ou do fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do IBAMA.

- 12.9.3 Prova de que a licitante ou a fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial possui CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA, comprovando que na fabricação do produto, 100% (cem por cento) dos componentes de madeira utilizados são oriundos de madeira certificada;
- 12.9.3.1 Todos os produtos ou subprodutos de madeira que compõem o mobiliário deverão, obrigatoriamente, ser oriundos de florestas nativas ou plantadas, desde que de comprovada procedência legal certificada de manejo florestal sustentável;
- 12.9.3.2 Ciência de que para a comprovação de Certificação Ecológica, serão aceitos, dentre outras certificações florestais de mesma equivalência:
- a) Certificado (selo) de Cadeia de Custódia CERFLOR;
 - b) Certificado (selo) de Cadeia de Custódia FSC – Forest Stewardship Council ou similares, desde que emitido por entidade ou organismo credenciador (certificador) reconhecido nacional ou internacionalmente;
- 12.9.3.3 Ciência de que a CAIXA poderá, a qualquer tempo, por amostragem, nas entregas dos produtos, solicitar a comprovação de que todos os componentes de madeira utilizados na fabricação dos mesmos contenham madeira de origem nativa ou plantada, procedentes de manejo florestal sustentável, de acordo com a Certificação apresentada;
- 12.9.4 Laudos emitidos por Organismo Certificador de Produto acreditado pelo Inmetro, exclusivamente em nome do licitante ou fabricante do mobiliário objeto de análise, indicado na proposta comercial, que comprovem que os produtos a serem fornecidos atendem às normas referentes a Pintura em componentes metálicos abaixo:
- a) Corrosão por exposição à névoa salina – NBR 8094:1983, com grau de empoamento igual a 0 (zero) e grau de enferrujamento igual a 0 (zero), até no mínimo 240h;
 - b) Tintas – Determinação da aderência – NBR 11003:2009, Gr0 (X=0 e Y=0);
 - c) Tintas – Determinação da espessura da película – média mínima de 50 micrômetros e máxima de 90 micrômetros, filme seco ou superior - NBR 10443:2008;
 - d) Avaliação da Resistência à corrosão por exposição ao Dióxido de Enxofre 10 ciclos (240 horas) – NBR 8096:1983;
- 12.9.5 Exclusivamente para sofás, longarinas, poltronas e cadeiras, prova de que o licitante ou fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial possui certificado que atende a ABNT NBR 13962:2018 - MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO - CADEIRAS - REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO.
- 12.9.6 Exclusivamente para sofás, longarinas, poltronas e cadeiras, apresentação de laudos emitidos por Organismo Certificador de Produto acreditado pelo Inmetro, em nome do licitante ou fabricante do mobiliário objeto de análise

indicado na proposta comercial, que comprovem que os produtos a serem fornecidos atendem às normas referentes a Espuma flexível de poliuretano abaixo:

- a) Resiliência – NBR 8619:2022, com desempenho superior a 50% de resiliência ao impacto;
- b) Teor de cinzas – NBR 14961:2019, com resultado máximo de 0,5%;
- c) Resistência à compressão – NBR 8910:2016, com desempenho igual ou maior que 04 em relação à resistência a compressão 50% kPa;
- d) Características de queima - NBR 9178:2022, com velocidade de queima menor ou igual a 10 mm/min;
- e) Resistência à tração – NBR 8515:2020;
- f) Resistência ao rasgamento – NBR 8516:2015;
- g) Exceto para sofás e cadeira de idosos - Densidade para espumas injetadas – NBR 8537:2022;
- h) Deformação permanente à compressão – NBR 8797:2022;
- i) Força de indentação – NBR 9176:2016;
- j) Fadiga dinâmica – NBR 9177:2022;

12.9.7 DECLARAÇÃO DE DISPOSIÇÃO DAS INSTALAÇÕES FABRIS E DE ENXOVAL MÍNIMO – MÁQUINARIO, em nome da licitante ou em nome do fabricante do mobiliário, objeto de análise, indicado na proposta comercial;

12.9.7.1 A declaração deverá conter justificativa de que a licitante ou fabricante tem a capacidade de produção adequada para licitação, indicando a capacidade produtiva/mês, o tipo de qualificação de mão-de-obra e a avaliação das condições técnicas/operacionais dos equipamentos empregados.

12.9.7.2 A declaração deverá ter a afirmação de que o licitante ou fabricante possuirá à sua disposição, no momento de assinatura da Ata de Registro de Preços, e, em operação normal, maquinário com capacidade suficiente para a produção industrial (não artesanal) do objeto licitado, conforme as especificações técnicas disponibilizadas pela CAIXA, quantidade mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do total estabelecido e nos prazos estabelecidos neste edital.

12.10 No ato da assinatura da Ata, o licitante vencedor firmará a declaração de vedação ao nepotismo (Anexo III).

12.11 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas

Optantes do Simples Nacional – Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexada ao final da minuta da Ata (Anexo III).

- 12.12 O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar o Contrato, conforme o caso, e devolvê-lo.
- 12.12.1 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor, por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA.
- 12.12.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preço podem ocorrer várias solicitações de execução do objeto, inclusive simultâneas.
- 12.13 Se o fornecedor primeiro colocado com preço registrado se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis, poderão ser convocados os fornecedores que compõem o cadastro reserva, obedecida a ordem de classificação na Ata.
- 12.13.1 O fornecedor que compõe o cadastro reserva será convocado nos moldes do item 9.10.5, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.
- 13.1.1 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) dias de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.
- 13.1.2 No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.
- 13.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a CAIXA a firmar contratações nas quantidades registradas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, não cabendo direito a indenização.
- 13.3 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas hipóteses previstas na minuta da Ata de Registro de Preços.

14 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 A Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes a serem firmados, cujas minutas (Anexo III e IV) integram o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 15.1 Sem exigência

16 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 16.1 A CAIXA, após o fornecimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo III) e no Contrato (Anexo IV).

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) multa;

II) suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

- 17.1.1 No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos o FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.
- 17.1.2 O não fornecimento/entrega do material solicitado na quantidade, data e locais previamente estipulados no contrato implicará em multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, cobrada em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do mobiliário, limitado a 10 % (dez por cento) do valor do contrato.

- 17.1.3 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados na minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III).
- 17.1.4 O FORNECEDOR ficará sujeito a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas na Ata de Registro de Preços (ANEXO III).
- 17.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- I) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
 - IV) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - V) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - VI) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - VII) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - VIII) Não manter a proposta;
 - IX) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - X) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- 17.3 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.
- 17.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 17.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.
- 17.6 A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

18 DOS ILÍCITOS PENAIS

- 18.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 19.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista na rubrica orçamentária 3102-01.

20 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

- 20.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 20.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual, e em decorrência dessa anulação os licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

21 DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

- 21.1 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.
- 21.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 21.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do FORNECEDOR:
- I) O FORNECEDOR será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas;
 - II) A CAIXA poderá optar pela extinção do contrato.

22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 22.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 22.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 22.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 22.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 22.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 22.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT, Rio de Janeiro/RJ.
- 22.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.
- 22.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da licitação.
- 22.10 No caso de retificação do Edital que não implique sua republicação, o credenciamento e propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 22.10.1 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 22.11 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 22.12 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 22.13 Não é admitida a subcontratação para o objeto desta licitação.

- 22.14 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

23 DO FORO

- 23.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e dos futuros contratos será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro.

Belém (PA), 25 de julho de 2024.

Claudia Gislaine L. Carvalho
Licitador

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO
- 1.1. Registro de Preços, para fornecimento e montagem de mobiliário estofado, para unidades da CAIXA, ativas ou que vierem a ser instaladas na Região Centro-Oeste do País.
- 1.2. As especificações do mobiliário estão disponíveis no Anexo 1-L Especificações Técnicas.
- 1.3. A entrega e montagem do mobiliário serão realizadas nas unidades indicadas pela CAIXA conforme Anexo 1-B.
- 1.4. Anexos

ANEXO	ASSUNTO
1-A	Quantitativos
1-B	Relação das Unidades
1-C	Termo de Recolhimento de Mobiliário
1-D	Declaração – Documentação para Assinatura do Contrato
1-E	Minuta do Termo de Garantia e Assistência Técnica do Mobiliário
1-F	Modelo do Termo de Recebimento de Mobiliário
1-G	Laudo de Conformidade Ergonômica e Laudo de Conformidade de Acessibilidade - Lista de Mobiliários
1-H	Apresentação de Protótipos - Lista de Mobiliários
1-I	Trade-in
1-J	Processo de Atendimento
1-K	Central de Suporte e Agendamento
1-L	Especificações Técnicas

2. FORNECIMENTO DO MOBILIÁRIO - PRAZO DE ENTREGA / FORMA DE EXECUÇÃO
- 2.1. O prazo máximo para a CONTRATADA fornecer/entregar/montar e instalar é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de envio à Contratada do pedido, nas quantidades e locais determinados pela CAIXA.
- 2.2. Qualquer mudança de endereço ou inclusão/exclusão de Unidades será formalmente comunicada à CONTRATADA.
- 2.3. Eventualmente, a critério da CAIXA, o endereço de entrega indicado poderá ser alterado por correspondência eletrônica.

- 2.4. O não cumprimento do prazo contratual de atendimento pela CONTRATADA, bem como a execução de serviços em desacordo com os padrões de qualidade exigidos no contrato e neste TR serão motivos para aplicação de penalidades contratualmente previstas, inclusive impedimento de licitar e contratar com a CAIXA e Órgão Públicos.
- 2.4.1. A ausência de empregados da Contratada por motivos de férias, férias coletivas regulamentares, (mesmo que determinadas em Acordo Coletivo da Categoria), feriados prolongados, licença médica, demissões ou greves não justifica a interrupção no atendimento com a CAIXA e não suspende a contagem no prazo de entrega.
- 2.5. Antes do vencimento do prazo contratual de entrega, a CAIXA poderá solicitar a prorrogação/adiamento da entrega dos mobiliários, em até 15 dias corridos, em virtude de atrasos de finalização de obras, não acarretando sanções administrativas.
- 2.5.1. Persistindo o atraso na finalização da obra e esgotado o prazo de prorrogação estabelecido no item anterior, a CAIXA poderá solicitar a guarda do mobiliário até que seja indicada data e local para entrega ou indicará novo local para entrega.
- 2.6. A Contratada deve informar, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, nome e RG do(s) técnico(s) responsável(s) pelo atendimento à unidade, para notificação à área destino dos mobiliários, para liberação de acesso nas unidades.
- 2.6.1. O não agendamento prévio eximirá a CAIXA de quaisquer despesas que poderão ocorrer por impedimento de acesso às unidades da CAIXA, por falta de prévia comunicação pela CONTRATADA.
- 2.6.2. A impossibilidade de entrega nas unidades da CAIXA por falta de agendamento prévio não permitirá que a CONTRATADA entregue em outro local que não seja o destino inicial determinado pela CAIXA na Ordem de Fornecimento, exceto com concordância da CAIXA.
- 2.7. A entrega do mobiliário poderá ocorrer em dias e horários definidos pela CAIXA, inclusive em finais de semana, feriados e em horários não comerciais e noturnos.
- 2.8. Os mobiliários entregues nas unidades da CAIXA deverão ser colocados nos locais indicados/determinados pelos empregados CAIXA, ou conforme layout encaminhado pela CAIXA.
- 2.9. A fixação da etiqueta patrimonial, fornecida pela CAIXA para os materiais obrigatórios, deve ser efetuada em cada item (individualmente) antes de sua entrega nas unidades.
- 2.10. O número da etiqueta de identificação patrimonial vinculada ao item/produto fornecido deverá ser único (sem repetição).
- 2.11. Além da etiqueta de identificação patrimonial fornecida pela CAIXA, os materiais devem ser identificados, individualmente, afixando etiqueta

indelével autoadesiva no mobiliário, onde constem os dados de identificação da mesma (razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato), e a data (mês e ano) do fornecimento do mobiliário.

- 2.12. No ato da entrega/montagem/instalação, a CONTRATADA efetua:
- 2.12.1. Limpeza e regulagem do mobiliário, sem ônus para a CAIXA.
- 2.12.2. Coleta de assinatura do responsável pelo recebimento do material no Anexo 1F - Termo de Recebimento de Mobiliário, relacionando o mobiliário ao seu número de identificação patrimonial (conforme especificações do Edital e respectivos anexos).
- 2.13. Os técnicos e os entregadores deverão estar devidamente equipados considerando os acessos aos locais determinados, utilizando-se escadas ou elevadores.
- 2.14. Os materiais serão acondicionados nas embalagens com resistência compatível com o transporte adotado pela CONTRATADA, cujo custo está incluído no preço ofertado, inclusive seguro e transporte dos materiais até o(os) local(is) de entrega.
- 2.15. As embalagens deverão conter etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número do modelo/item, marca/fabricante, quantidade contida em cada caixa, número do Contrato, nº da Ordem de Fornecimento e nome da fornecedora/fabricante.
- 2.16. O mobiliário deve ser entregue montado ou a montagem deve ser realizada no momento da entrega, de forma que só será atestado o recebimento se o mobiliário estiver totalmente funcional.
- 2.17. A Contratada deve disponibilizar à CAIXA documento com descrição detalhada de todos os itens fornecidos, com informações, formato e leiaute definidos pela CAIXA, juntamente com a nota fiscal.
- 2.18. Os seguintes mobiliários podem receber revestimento(acabamento) do assento em vinil ao invés de tecido, a ser informado no momento do pedido:

Item	Descrição
LXV	SLIM - LX - LONGARINA 1 LUG TAM XG
L2	SLIM - L2 -LONGARINA 2 LUGARES C REVEST
L3	SLIM - L3 -LONGARINA 3 LUGARES C REVEST
CFF	SLIM - CFF – CADEIRA FIXA COM BASE FIXA

- 2.18.1. A especificação do vinil está descrita no Anexo 1-L, como Acabamento LXV, aplicando-se aos itens supracitados quando solicitado.

3. GARANTIA DOS MOBILIÁRIOS

- 3.1. A CONTRATADA deverá dar garantia de no mínimo 05 (cinco) anos dos bens fornecidos, compreendendo qualquer defeito de fabricação ou danos ocorridos durante o transporte até as dependências da CAIXA, contados a partir do recebimento definitivo do(s) mobiliários(s) entregue(s)
- 3.2. Providenciar, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a correção no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas eventuais defeitos de montagem, ou substituição, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a critério da CAIXA, dos bens que apresentem defeito de fabricação ou divergência nas especificações constatado no momento da entrega do mobiliário.
- 3.3. Prestar manutenção gratuita sobre todas as peças, componentes e acessórios dos bens, objeto deste contrato, durante o prazo de garantia.
- 3.4. Manter pelo prazo da garantia, estoque de peças, componentes e sobressalentes para reposição, sempre que necessário.
- 3.5. Também será exigido o Termo de Garantia e Assistência Técnica do Mobiliário conforme a minuta do ANEXO 1E - MINUTA DO TERMO DE GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA DO MOBILIÁRIO que integra o Edital.
- 3.6 A CAIXA poderá realizar vistoria pós entrega destinada à análise dos mobiliários fornecidos às unidades, por amostragem, com o intuito de certificar a qualidade e conformidade com o padrão estabelecido pela CAIXA e aprovado pelo protótipo durante a licitação.
- 3.6.1 No caso de inconformidade, a CAIXA irá comunicar a contratada para efetuar os ajustes e ou substituições necessárias.
- 3.7 A empresa contratada tem prazo de 30 dias corridos, para efetuar a correção ou substituição do mobiliário entregue e montado na unidade, para os bens que apresentarem defeito de fabricação ou estiverem em desconformidade com o padrão estabelecido pela CAIXA (conforme especificações e protótipo aprovado).
- 3.7.1 A solicitação de substituição ou correção poderá ocorrer a qualquer tempo e não implicará em ônus à CAIXA.
- 3.7.2 Se a empresa não atender às solicitações no prazo estipulado, a CAIXA irá solicitar a aplicação das penalidades previstas no contrato.
- 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 4.1. Cumprir todos os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 4.2. Prestar os serviços inerentes à perfeita montagem e entrega do mobiliário, conforme descrito no Anexo 2.
- 4.3. Manter os empregados, quando nas dependências da CAIXA, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome do empregado e foto 3x4.

- 4.4. Estabelecer um sistema de comunicação eficiente com a CAIXA, adequado ao atendimento de eventuais emergências, bem como questionamentos quanto ao cumprimento do contrato.
- 4.4.1. Para efeito de solicitações de emergência, deverá ser mantido um sistema de comunicação alternativa (telefone celular, rádio, etc.), devendo o número dos mesmos ser informados no ato da assinatura do contrato e mantidos atualizados durante a vigência do contrato.
- 4.5. Utilizar materiais comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado e recondicionado.
- 4.6. Utilizar produtos que comprovadamente sejam considerados inofensivos ao meio ambiente e ao ser humano.
- 4.7. Comunicar imediatamente à CAIXA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis, necessários para recebimento de correspondência.
- 4.8. Garantir a assinatura do Anexo 1F - Termo de Recebimento do Mobiliário por empregado CAIXA.
- 4.9. Fornecer as embalagens para acondicionamento dos mobiliários, sendo permitido, nos casos em que houver entrega de mobiliário novo no mesmo local, a utilização da mesma embalagem, desde que esta seja adequada.
- 4.10. Descartar os resíduos oriundos da embalagem e desembalagem do novo mobiliário (madeira, papelão, fitas, plásticos, entre outros).
- 4.11. Comunicar formalmente à CAIXA quaisquer problemas oriundos do fabricante de mobiliário (caso a CONTRATADA seja diferente da fabricante) para análise e parecer da CAIXA.
- 4.12. Responsabilizar-se por todos os custos referentes a análise de novos protótipos, no caso de necessidade de troca de fabricante do mobiliário, objeto deste Termo de Referência.
- 4.13. Recolher, transportar, armazenar, descaracterizar e dar destinação ambientalmente adequada aos mobiliários destinados ao *trade in*.
- 4.13.1. Destruir ou entregar ao empregado da CAIXA responsável pelo acompanhamento do recolhimento, nas unidades ou nos CAD – Centros de Armazenagem e Distribuição toda a identificação da CAIXA encontrada nos materiais.
- 4.14. Fornecer todos os acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais à completa e perfeita execução do objeto.
- 4.15. Atender quaisquer determinações legais dos Poderes Públicos, bem como cumprir e fazer com que seus empregados e prepostos cumpram rigorosamente as determinações legais relativas ao meio ambiente, em âmbito federal, estadual e municipal, sem prejuízo daquelas normas

que vierem a ser publicadas em data posterior à assinatura deste documento, assim como as especificações técnicas inerentes aos serviços.

- 4.16. Fornecer a seus empregados equipamentos de segurança, incluindo Equipamentos de Proteção Individual (EPI), nos termos da legislação vigente, especialmente das normas relativas à medicina, segurança e saúde do trabalho, obrigando-os a utilizar tais equipamentos durante a execução dos serviços.
- 4.17. Responder por si, seus empregados ou prepostos pela violação das leis e/ou regulamentos aplicáveis ao serviço.
- 4.18. Obter, renovar e manter todas as inscrições, registros, licenças, alvarás e demais autorizações ao desempenho dos serviços.
- 4.19. Responder por todos os eventuais danos comprovadamente causados ao meio ambiente, nas esferas cível, administrativa e/ou criminal, decorrentes da prestação dos serviços.
- 4.20. Permanecer nas dependências da CAIXA apenas o tempo necessário para realizar a coleta de forma responsável e eficiente.
- 4.21. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos a terceiros e ao patrimônio da CAIXA, decorrentes da conduta dos funcionários nas dependências/local de coleta, incluindo a reparação ao dano.
- 4.22. Não utilizar o bem coletado em finalidade distinta do objeto.
- 4.23. Comunicar à CAIXA, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade no cumprimento do contrato.
- 4.24. Obriga-se a indenizar a CAIXA por quaisquer prejuízos ocorridos durante a execução dos serviços contratados, independentemente de culpa ou dolo, não cabendo alegar fatos eventuais, para isentar-se da obrigação de indenizar.
- 4.25. Entregar nos prazos deste Termo de Referência todos os relatórios nos layouts definidos pela CAIXA.
- 4.26. Responsabilizar-se pela segurança interna e externa no processo de recolhimento, transporte, armazenamento e destinação dos bens.
- 4.27. Respeitar integralmente as normas de segurança estabelecidas pelo CAIXA e atender os padrões de segurança e controle para acesso e uso das instalações e equipamentos da CAIXA, zelando por sua integridade, mantendo sigilo e considerando confidenciais todos os dados e informações pertinentes aos serviços prestados.
- 4.28. Encaminhar à CAIXA relação dos empregados, contendo nome e documento de identificação, 5 (cinco) dias antes da data de recolhimento dos mobiliários. Os acessos às dependências da CAIXA serão restritos aos dias da semana e horários de trabalho constantes da solicitação.

- 4.29. O Fornecedor não poderá utilizar o nome da CAIXA, ou sua qualidade de detentora de preço registrado ou de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão contratual, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilização do Fornecedor e da aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.30. A CONTRATADA está ciente de que a CAIXA poderá escolher, dentre quantitativo de mobiliário de qualquer fornecimento, uma ou mais unidades de mobiliário para realização de ensaios de avaliação de conformidade do produto com as exigências constantes em Edital e exigências de normas técnicas e legislações pertinentes, incluindo, no mínimo, testes de verificação de estabilidade, material utilizado, resistência mecânica, durabilidade, e verificação de conformidade ergonômica, e que se o produto testado for reprovado poderá a CAIXA rescindir o contrato por falha ou fraude na execução por parte da CONTRATADA, que fica sujeita às sanções administrativa cabíveis, inclusive de impedimento licitar e contratar com Órgãos Públicos pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 4.32. A CAIXA poderá efetuar visitas de verificação dos processos fabril, descarte e social a qualquer tempo a critério exclusivo da CAIXA.
- 4.33. Manutenção da validade das certidões e rótulos ambientais no decorrer da vigência do instrumento contratual, incluindo prazo de atendimento quanto demandado pela CAIXA.
- 4.34. Manter as Certidões exigidas em Edital válidas pelo período de vigência do Contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CAIXA

- 5.1. Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA o acesso ao local de entrega e instalação, obedecido ao horário de expediente da CAIXA ou em horário excepcional estabelecido pela CAIXA sem nenhum ônus adicional.
- 5.2. Notificar a CONTRATADA, fixando prazo para corrigir defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços objeto do contrato.
- 5.3. Designar funcionário para acompanhar a coleta dos bens nas suas dependências.
- 5.4. Comunicar à CONTRATADA a alteração de endereço dos CAD ou qualquer de suas unidades em que se encontrarem os itens de mobiliários na ocasião de substituição do operador logístico.

6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO E PAGAMENTO

- 6.1 O objeto da licitação será recebido durante o contrato da seguinte forma:
- 6.1.1 Provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s) na unidade indicada pela CAIXA, para posterior verificação da conformidade com as especificações do Anexo 1-L e protótipos aceitas pela CAIXA.

- 6.1.2 Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) entregue(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) protótipo(s) aceita(s) pela CAIXA, será considerado recebimento provisório, devendo a contratada proceder conforme item 3.2 deste Termo de Referência.
- 6.1.3 Após a verificação do(s) produto(s) em relação à conformidade com as especificações do Anexo 1-L e protótipos aceitas pela CELOG, estando todos os itens de acordo, será realizado o recebimento definitivo.

7. MULTAS

- 7.1 No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado.
- 7.2 O não fornecimento/entrega do material solicitado na quantidade, data e locais previamente estipulados no contrato implicará multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, cobrada em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do mobiliário, limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8. CLÁUSULAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES

8.1. CLÁUSULAS GERAIS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 8.1.1. A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.
- 8.1.2. A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 8.1.3. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 8.1.4. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 8.1.5. A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

- 8.1.6. A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 8.1.7. A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 8.1.8. A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.
- 8.1.9. A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 8.1.10. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

ANEXO 1-A**QUANTITATIVOS****ITEM - SOFÁS, LONGARINAS, POLTRONAS E CADEIRAS – PADRÃO SLIM**

- Quantidade estimada para a vigência do contrato: 12 meses
- Quantidade mínima a ser cotada: 100% do total previsto
- Características e condições do fornecimento: Conforme minuta de Contrato
- Garantia: 05 anos
- Prazo de entrega: 30 dias contados da emissão da Ordem de Fornecedor
- OBSERVAÇÃO: códigos SAP serão passados à CONTRATADA posteriormente.

REGIÃO CENTRO-OESTE (LONGARINAS, POLTRONAS E CADEIRAS –PADRÃO SLIM)

- Local de entrega: Unidades CAIXA situadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO	QTD
1	PM1	SLIM - PM1-POLTRONA C RODIZ E ESPALDAR MEDIO	3543
2	PA1	SLIM - PA1-POLTRONA C RODIZ E ESPALDAR ALTO	376
3	PA2	SLIM - PA2-POLTRONA RODIZ ESPALDA ALTO	133
4	PA3	SLIM - PA3-POLTR ROD ESP TELA ALT AP CBÇ	82
5	CFG	SLIM - CFG1-CADEIRA FIX C BASE GIRATORIA	720
6	CFA	SLIM - CFA - CADEIRA FIXA ALTA BASE GIRA	102
7	CFP	SLIM - CFP-CADEIRA FIX C BAS FIX E PRANC	432
8	CFF	SLIM - CFF – CADEIRA FIXA COM BASE FIXA	2185
9	CFC	SLIM - CFC-CADEIRA FIX C/ BAS FIX P/ COP	636
10	LXV	SLIM - LXV - LONGARINA 1 LUG TAM XG C REVEST	220
11	L2	SLIM - L2 -LONGARINA 2 LUGARES C REVEST	476
12	L3	SLIM - L3 -LONGARINA 3 LUGARES C REVEST	1108
13	SF1	SLIM - SF1–SOFÁ DE 1 LUGAR	132
14	SF2	SLIM - SF2–SOFÁ DE 2 LUGARES	81
15	PM1T	SLIM - PM1T-POLTRONA C RODIZ P TELEATEND	10

ANEXO 1-B

RELAÇÃO DAS UNIDADES

Relação das unidades CAIXA abrangidas por este contrato. Poderá sofrer alterações, a critério da CAIXA, com comunicado prévio ao fornecedor:

CGC	nome	UF	Cidade	Endereço	CEP
8	TAGUATINGA, DF	DF	BRASILIA	CAMPUS C 3 LT 10	72010030
1985	AV RECANTO, DF	DF	BRASILIA	QDR 206 LT 6 LJ 1 E 2 - AV RECANDO DAS EMAS	72610600
1057	515 SUL, DF	DF	BRASILIA	CRS 515 BLC A LJS. 47/49	70381510
3035	RIACHO FUNDO, DF	DF	BRASILIA	CLS 4 BL C LT 3/4	71820513
847	STJ, DF	DF	BRASILIA	ST ADM. FEDERAL SUL Q 06 LT 01	70095900
1431	MINISTERIO DA FAZENDA, DF	DF	BRASILIA	BLOCO ESP DOS MINISTERIOS BLC P TERREO E SOBRELOJA	70048900
1803	ASA SUL, DF	DF	BRASILIA	ST SCS QUADRA 6 BLC A LOJA 184/196	70306000
4511	SETOR BANCARIO NORTE, DF	DF	BRASILIA	SBN QUADRA 1 BLC F LOJA 1 TERREO LOJA 1 SOBRELOJA	70040010
3513	PARANOA, DF	DF	BRASILIA	PC CENTRAL LT 04	71570050
7	JOSE SEABRA, DF	DF	BRASILIA	SEPN 509 CJT C	70750500
816	210 SUL, DF	DF	BRASILIA	CLS 210 BLC A LJ 38	70273500
3911	JUSTICA FEDERAL SEDE II, DF	DF	BRASILIA	SAUS QUADRA 4 BLC D LT. 07 - ED. JUSTICA FEDERAL	70070901
1041	COMERCIAL SUL, DF	DF	BRASILIA	QUADRA SCS 04 LT 230 ED. ISRAEL PINHEIRO	70304914
4	BERNARDO SAYAO, DF	DF	BRASILIA	CRS 504 BLC A LOJAS 64/65 - W3 SUL	70331515
3002	GUARA II, DF	DF	BRASILIA	CONDOMINIO QE 40 CO H CJT H LOJA 09	71070082
688	NUCLEO BANDEIRANTE, DF	DF	BRASILIA	AV CENTRAL BLOCOS 518/680 LT 632/644	71720520
4331	RECANTO DAS EMAS, DF	DF	BRASILIA	QDR 101 CO S/N, S/N AV RECANTO DAS EMAS - LOTE 1	72600123

4167	SAMAMBAIA, DF	DF	BRASILIA	QN 212 CO B CJT B LOTE 01	72316532
4959	SAO FRANCISCO DE GOIAS, GO	GO	SAO FRANCISCO DE GOIAS	AV OTO CARDOSO DE PAIVA, 810	75490000
3723	PARQUE DAS LARANJEIRAS, GO	GO	GOIANIA	AV PROF ALFREDO DE CASTRO Q 1 LT 1	74860220
611	MORRINHOS, GO	GO	MORRINHOS	AV COUTO MAGALHAES, 528	75650000
3716	JARDIM NOVO MUNDO, GO	GO	GOIANIA	AV SIMON BOLIVAR LT 1/3 QUADRA 214	74705280
1959	VILA PEDROSO, GO	GO	GOIANIA	AV ANAPOLIS Q 13 LOTE 8/9 - PARTE DO 11	74769790
3136	SENADOR CANEDO, GO	GO	SENADOR CANEDO	AV AROEIRA Q 1 LOTE 18/22 - SABIA	75250062
2281	PEDRO LUDOVICO, GO	GO	GOIANIA	AL XAVIER DE ALMEIDA Q 76 LT 06/07	74823080
3620	ALEXANIA, GO	GO	ALEXANIA	R 20 Q 36 LOTES 18, 19, 20	72930000
4519	AV T2, GO	GO	GOIANIA	AV T 2, 1620 QUADRA 41 - LOTE 19	74215005
794	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA, GO	GO	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	AV GOIAS, 423	76590000
1551	PRACA DO AVIAO, GO	GO	GOIANIA	AV PIRES FERNANDES, 426	74070030
4379	5 DE AGOSTO, GO	GO	RIO VERDE	AV RUI BARBOSA, 663	75901250
4671	ACREUNA, GO	GO	ACREUNA	AV ALTINA PIRES ARANTES, 16	75960000
2079	GOIANIA, GO	GO	GOIANIA	AV ANHANGUERA, 4463 ESQUINA COM RUA 24	74043011
4222	CIDADE OCIDENTAL, GO	GO	CIDADE OCIDENTAL	ST SQ 16 Q 10 LTS 60-62	72880606
2437	VALPARAISO, GO	GO	VALPARAISO DE GOIAS	QDR, 01 BR 040 KM 12 SHOPPING SUL LJ 1A/1B	72876902
3629	BRASIL SUL, GO	GO	ANAPOLIS	AV SOCRATES DINIZ Q F LOTE 09	75125390
1899	JARDIM INGA, GO	GO	LUZIANIA	AV LUCENA RORIZ Q 101 LOTE 16	72850010
2535	FORUM CIVEL DE GOIANIA, GO	GO	GOIANIA	AV OLINDA Q G LOTE 04	74884120
4343	SERRA DE CALDAS, GO	GO	CALDAS NOVAS	AV ANTONIO SANCHES FERNANDES Q 27 LOTE 17	75682000
1839	CALDAS NOVAS, GO	GO	CALDAS NOVAS	AV CEL BENTO DE GODOY Q 15 LOTE 09	75680021
4501	VALPARAISO CENTRO, GO	GO	VALPARAISO DE GOIAS	QDR 10 LT 41 LOJAS 1 E 2 - 1 PAVIMENTO	72876030
4783	PETROLINA DE GOIAS, GO	GO	PETROLINA DE GOIAS	AV JOSE ALFAIATE DE LIMA, 204 LT 06 QUADRA 11	75480000
1338	IPORA, GO	GO	IPORA	PC TRABALHADOR, 142 LOTE 182 QUADRA 78	76200000

1140	JARAGUA, GO	GO	JARAGUA	AV PAULO ALVES, 386	76330000
1575	FLAMBOYANT, GO	GO	GOIANIA	AV JAMEL CECILIO, 3300 SHOPPING CENTER FLAMBOYANT	74810907
1735	BOM JESUS DE GOIAS, GO	GO	BOM JESUS DE GOIAS	R DOIS, 94	75570000
1943	SAO LUIS DE MONTES BELOS, GO	GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	AV HERMOGENES COELHO, 2085	76100000
3709	PORTO DE SAO SIMAO, GO	GO	SAO SIMAO	R 20 QUADRA 22 LT 3 E 4	75890000
7281	SEFAZ, GO	GO	GOIANIA	AV VER. JOSE MONTEIRO, 2233	74653900
3621	CIDADE LIVRE, GO	GO	APARECIDA DE GOIANIA	AV INDEPENDENCIA Q 56 LOTES 07/10	74967145
1009	BURITI SHOPPING, GO	GO	APARECIDA DE GOIANIA	AV RIO VERDE Q 102/104 CAIXA POSTAL Nº 24375	74915906
2262	CENTRO OESTE, GO	GO	ANAPOLIS	AV BRASIL, 1120 NORTE, QD 20, LT 1 A 3	75080240
4502	12 DE OUTUBRO, GO	GO	ITUMBIARA	AV SANTOS DUMONT, 502 C/ RUA 14 - QD. 02 - LOTE 1/2/4	75530275
2981	ARAGUAIA, GO	GO	ANAPOLIS	AV MINAS GERAIS, 160 QUADRA B, LOTE 11	75110770
2274	T-9, GO	GO	GOIANIA	AV T-0009, 2439 QD. 529 LT 01	74255220
15	ITUMBIARA, GO	GO	ITUMBIARA	PC DA REPUBLICA, 456	75503260
2307	POPULAR, GO	GO	RIO VERDE	AV 76 Q 55 LOTES 05/06	75903464
3596	APARECIDA DE GOIANIA, GO	GO	APARECIDA DE GOIANIA	AV INDEPENDENCIA Q 14 LOTES 14/15/16	74968543
792	GOIANESIA, GO	GO	GOIANESIA	AV GOIAS, 423	76382187
3419	SUDOESTE GOIANO, GO	GO	RIO VERDE	AV JOAO BELO Q 43 LOTE 07, 08, 09	75903270
4194	SANTA FE DE GOIAS, GO	GO	SANTA FE DE GOIAS	AV ARAGUAIA Q 8 LOTE 6A	76265000
1092	COIMBRA, GO	GO	GOIANIA	AV CASTELO BRANCO, 1568	74530010
3724	JARDIM GUANABARA, GO	GO	GOIANIA	AV VERA CRUZ Q 46 - LOTES 3 E 4	74675830
14	ANAPOLIS, GO	GO	ANAPOLIS	R ENG.PORTELA, 588	75024100
791	FORMOSA, GO	GO	FORMOSA	PC DA IMACULADA CONCEICAO, 88	73801300
886	PONTA PORA, MS	MS	PONTA PORA	AV BRASIL, 3154	79904628
3658	JARDIM DOS ESTADOS, MS	MS	CAMPO GRANDE	R BAHIA, 639 ESQUINA RUA EUCLIDES DA CUNHA	79002952
788	NOVA ANDRADINA, MS	MS	NOVA ANDRADINA	AV ANTONIO J. MOURA ANDRADE, 1480	79750000

1108	AV BANDEIRANTES, MS	MS	CAMPO GRANDE	AV BANDEIRANTES, 2010	79006000
18	CORUMBA, MS	MS	CORUMBA	R CUIABA, 1388	79330070
4555	ANASTACIO, MS	MS	ANASTACIO	R JOAO LEITE RIBEIRO, 637	79210000
2485	AERO RANCHO, MS	MS	CAMPO GRANDE	AV DR GUNTER HANS, 3602 QD 02, LOTE 5H	79092612
4554	PORTO MURTINHO, MS	MS	PORTO MURTINHO	AV LARANJEIRAS, 181	79280000
857	UFMS, MS	MS	CAMPO GRANDE	AV COSTA E SILVA, 00 - CAMPUS UNIVERST	79070900
3384	CAMPO VERDE, MT	MT	CAMPO VERDE	AV BRASIL, 528	78840000
4314	AG EMPRESARIAL MT E MS	MT	CUIABA	R COMANDANTE COSTA, 727 6 ANDAR	78005400
3290	AGUAS DO PANTANAL, MT	MT	CACERES	R PADRE CASSEMIRO, 1100	78200000
4651	IPE, MT	MT	VARZEA GRANDE	AV GONCALO BOTELHO DE CAMPOS, 2064	78118071
3338	AGUAS DO ARAGUAIA, MT	MT	BARRA DO GARCAS	RUA R CARAJAS, 89	78600904
870	CACERES, MT	MT	CACERES	R JOAO PESSOA, .10	78210900
1308	BARRA DO GARCAS, MT	MT	BARRA DO GARCAS	BELVEDERE R VALDIR RABELO, 773	78600905
2710	DIAMANTINO, MT	MT	DIAMANTINO	R ALMIRANTE BATISTA DAS NEVES, 675	78400000
3442	CAMPO NOVO PARECIS, MT	MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	AV RIO GRANDE DO SUL, 621	78360000
1695	MIGUEL SUTIL, MT	MT	CUIABA	AV HISTORIADOR R. MENDONCA, 1097	78050000
4610	NOVA OLIMPIA, MT	MT	NOVA OLIMPIA	AV MATO GROSSO, 907S QUADRA 21 LOTE 09A	78370000

ANEXO 1-C

TERMO DE RECOLHIMENTO DE MOBILIÁRIO

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nome da Unidade		Código
Endereço da Entrega		
CONTRATADA		Doc Recolhimento
Data Recebimento	Nº Ordem de Fornecimento	Contrato

Este documento deverá ser enviado digitalizado e encaminhado pela CONTRATADA à CAIXA acompanhado de planilha descritiva no layout a ser fornecido pela CAIXA.

Nome do Empregado Recebedor
Assinatura e Carimbo
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

ANEXO 1-D**DECLARAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante], DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na Licitação CAIXA nº 0219/2024 que entregará toda a documentação exigida como condição de assinatura do contrato, sendo estes documentos:

1. TERMO DE GARANTIA DO MOBILIÁRIO conforme a minuta do Anexo 1E que integra o Termo de Referência da Licitação CAIXA nº 219/2024, onde asseguro que os bens fornecidos possuem padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho e que cumprem todas as normas técnicas e legislações pertinentes; e que ainda indica o prazo e as condições de garantia do bem; o nome, endereço, telefone e e-mail do representante técnico. Declaro ainda que será garantida a continuidade de fabricação dos produtos e respectivos componentes enquanto perdurar o prazo de garantia a fim de assegurar o fornecimento em caso de necessidade de substituição e manutenção de peças. Informo que esta garantia é complementar a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor;
2. Registro ou prova de inscrição do licitante ou fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do IBAMA;
3. Prova de que o licitante ou fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial possui CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA, comprovando que na fabricação do produto, todos os componentes de madeira utilizados são oriundos de madeira certificada;
 - 3.1 Todos os produtos ou subprodutos de madeira que compõem o mobiliário deverão, obrigatoriamente, ser oriundos de florestas nativas ou plantadas, desde que de comprovada procedência legal certificada de manejo florestal sustentável;
 - 3.2 Estou ciente que para a comprovação de Certificação Ecológica, serão aceitos, dentre outras certificações florestais de mesma equivalência:
 - c) Certificado (selo) de Cadeia de Custódia CERFLOR;
 - d) Certificado (selo) de Cadeia de Custódia FSC – Forest Stewardship Council ou similares, desde que emitido por entidade ou organismo credenciador (certificador) reconhecido nacional ou internacionalmente;
 - 3.3 Estou ciente que a CAIXA poderá, a qualquer tempo, por amostragem, nas entregas dos produtos, solicitar a comprovação de que todos os componentes de madeira utilizados na fabricação dos mesmos contenham madeira de origem nativa ou plantada, procedentes de manejo florestal sustentável, de acordo com a Certificação apresentada;
4. Laudos emitidos por Organismo Certificador de Produto acreditado pelo Inmetro, em nome do licitante ou fabricante do mobiliário objeto de análise, indicado na proposta comercial, que comprovem que os produtos a serem fornecidos atendem às normas referentes a Pintura em componentes metálicos abaixo:

- e) Corrosão por exposição à névoa salina – NBR 8094:1983, com grau de empolamento igual a 0 (zero) e grau de enferrujamento igual a 0 (zero), até no mínimo 240h;
 - f) Tintas – Determinação da aderência – NBR 11003:2009, Gr0 (X=0 e Y=0);
 - g) Tintas – Determinação da espessura da película – média mínima de 50 micrômetros e máxima de 90 micrômetros, filme seco ou superior - NBR 10443:2008;
 - h) Avaliação da Resistência à corrosão por exposição ao Dióxido de Enxofre 10 ciclos (240 horas) – NBR 8096:1983;
5. Certificado comprovando que o licitante ou fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial atende a ABNT NBR 13962:2018 - MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO - CADEIRAS - REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO.
6. Laudos emitidos por Organismo Certificador de Produto acreditado pelo Inmetro, em nome do licitante ou fabricante do mobiliário objeto de análise indicado na proposta comercial, que comprovem que os produtos a serem fornecidos atendem às normas referentes a Espuma flexível de poliuretano abaixo:
- k) Resiliência – NBR 8619:2022, com desempenho superior a 50% de resiliência ao impacto;
 - l) Teor de cinzas – NBR 14961:2019, com resultado máximo de 0,5%;
 - m) Resistência à compressão – NBR 8910:2016, com desempenho igual ou maior que 04 em relação à resistência a compressão 50% kPa;
 - n) Características de queima - NBR 9178:2022, com velocidade de queima menor ou igual a 10 mm/min;
 - o) Resistência à tração – NBR 8515:2020;
 - p) Resistência ao rasgamento – NBR 8516:2015;
 - q) Exceto para sofás e cadeira de obesos - Densidade para espumas injetadas – NBR 8537:2022;
 - r) Deformação permanente à compressão – NBR 8797:2022;
 - s) Força de indentação – NBR 9176:2016;
 - t) Fadiga dinâmica – NBR 9177:2022;

Declaro ainda que a licitante ou fabricante tem capacidade de produção adequada para a Licitação, conforme capacidade produtiva/mês de _____, mão-de-obra especializada em _____.

Declaro que a licitante ou fabricante possuirá no momento da assinatura do Contrato, e em operação normal, maquinário com capacidade suficiente para a produção caracterizadamente industrial e não artesanal do objeto licitado, em qualidade (conforme as especificações técnicas disponibilizadas pela CAIXA), quantidade (mínimo de 25% do total estabelecido) e nos prazos (30 dias para entrega/instalação/montagem) aqui estabelecidos.

Declaro ainda que a licitante ou fabricante possui capacidade de produção industrial em larga escala, em velocidade, quantidade e qualidade compatível com as exigidas em Edital e respectivos anexos e apensados, conforme lista de maquinários abaixo:

Lista de maquinários:

- 1)
- 2)
- 3)...

...

Declaro ter conhecimento de que a CAIXA poderá, a qualquer tempo, durante o processo licitatório e após eventual contratação, realizar inspeções às instalações do licitante ou fabricante indicado

na proposta comercial com o intuito de atestar a capacidade e qualidade produtiva da licitante e/ou do fornecedor (confirmação do maquinário mínimo e análise do sistema de gestão da qualidade) e que as inspeções tratadas neste item poderão ser realizadas diretamente pela CAIXA ou por intermédio de empresa terceirizada contratada pela CAIXA.

Declaro ainda estar ciente de que a CAIXA poderá escolher, dentre quantitativo de mobiliário de qualquer fornecimento, uma ou mais unidades de mobiliário para realização de avaliações, ensaios, testes de verificação de estabilidade e material utilizado, resistência mecânica, durabilidade, verificação de conformidade ergonômica, dentre outros testes julgados necessários, tendo como objetivo constatar a conformidade do produto com as exigências constantes no Edital e com as exigências de normas técnicas e legislações pertinentes, além da correção de eventuais ressalvas apontadas na etapa licitatória de avaliação de protótipos.

Declaro também estar ciente que, se o produto testado for reprovado, poderá a CAIXA rescindir o Contrato por falha ou fraude na execução do contrato por parte da CONTRATADA, que fica sujeita às sanções administrativa cabíveis.

Declaro que a [Licitante] irá coletar, transportar, armazenar, descaracterizar e dar destinação ambientalmente adequada, de acordo com a classificação dos resíduos, em consonância com a Lei 12.305/2010 e NBR 16156:2013 que estabelecem requisitos para proteção ao meio ambiente e para o controle dos riscos de segurança e saúde no trabalho, bem como com todas as demais exigências dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais para execução dos serviços.

Declaro ainda que estou ciente que a empresa, inscrita no CNPJ/MF....., ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos caso a empresa/licitante que represento:

- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- não mantiver a proposta;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fazer qualquer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

Localidade, _____ de _____ de _____.

.....
Assinatura do representante legal da empresa licitante
Nome/RG/CPF

ANEXO 1-E**MINUTA DO TERMO DE GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA DO MOBILIÁRIO****TERMO DE GARANTIA E ASSISTENCIA TECNICA**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., garante todos os produtos fornecidos para cumprir o Edital e todos os Anexos da Licitação CAIXA nº 0219/2024, comercializados pela mesma e fabricados pela empresa, inscrita no CNPJ/MF....., pelo prazo de 05 (cinco) anos a partir da data de recebimento do produto pela Caixa Econômica Federal.

A [NOME DA LICITANTE] estende a garantia de 05 (cinco) anos a todas as peças do produto inclusive a estrutura, estofamento e pintura, cobrindo eventuais defeitos de fabricação que os produtos possam apresentar no decorrer deste prazo.

A [NOME DA LICITANTE] assegura que os bens fornecidos possuem padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho e que cumpre todas as normas técnicas e legislações pertinentes.

A [NOME DA LICITANTE] entregará cada produto acompanhado de seu manual de instrução e uso (incluindo as informações referentes a itens que podem causar danos ao produto e que anula a garantia do mesmo). Todos os manuais serão escritos em linguagem didática e com ilustrações.

A [NOME DA LICITANTE] não utilizará peças remanufaturadas e/ou reconcondicionadas e/ou similares em caso de reposição de peças em garantia. Garante-se ao cliente o mesmo nível de performance, utilidade e desempenho do produto após o acionamento da garantia. A entrega do produto está sujeita a aceitação e concordância do cliente.

A [NOME DA LICITANTE] assume o compromisso de substituir ou consertar, sem ônus, as peças defeituosas, após análise do departamento de assistência técnica da empresa Representante Técnica.

Nome da empresa Representante Técnica:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Email:

A [NOME DA LICITANTE], em caso de substituição de móveis defeituosos, deverá relacionar os números de patrimônio dos móveis repostos no Termo de Recebimento de Mobiliário, que por sua vez, seguirá junto a nota fiscal.

A [NOME DA LICITANTE] garante a continuidade de fabricação dos produtos e respectivos componentes enquanto perdurar o prazo de garantia a fim de assegurar o fornecimento em caso de necessidade de substituição e manutenção de peças.

Esta garantia é complementar a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor.

A [NOME DA LICITANTE], inscrita no CNPJ/MF....., está ciente que no caso de atraso na entrega do material por mais de 30 dias, tanto para o fornecimento quanto na prestação da garantia, assistência técnica

ou manutenção, poderá a CAIXA, a partir do 31º dia, a seu exclusivo critério, rescindir o Contrato, ficando a contratada impedida de licitar com a CAIXA por um prazo de 02 (dois) anos.

A garantia será anulada quando o dano ao produto for provocado por:

- Raio, fogo, enchente e/ou outros desastres naturais
- Água ou outro líquido infiltrado no interior dos dispositivos
- Quedas, batidas, acidentes ou uso inadequado
- Utilização do produto em ambientes sujeitos a gases corrosivos, umidade ou temperatura excessiva
- Aplicação de forças ou pesos demasiados
- Limpeza com produtos químicos não recomendados
- Utilização do produto em desacordo com o especificado

A [NOME DA LICITANTE], inscrita no CNPJ/MF....., declara ainda que está ciente que ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos caso a empresa/licitante que represento:

- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- não mantiver a proposta;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer qualquer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

A [NOME DA LICITANTE] encaminha em anexo os comprovantes de endereço da Sede da Licitante.

Localidade, _____ de _____ de _____.

.....
Assinatura do representante legal da empresa LICITANTE
Nome/RG/CPF.

ANEXO 1-F

MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DE MOBILIÁRIO



Termo De Recebimento De Mobiliário

		Grau de sigilo #CONFIDENCIAL10
Nome Da Unidade		Código Da Unidade
Endereço Da Entrega		
Empresa Fornecedora		Nota Fiscal nº
Data de Recebimento / /	Ordem/Fornec/Pregão/Licitação	
Prazos/Garantias	Data término da garantia / /	Determinação do Material Entregue

Código do Mobiliário	Código no SAP	Nº da Etiqueta Patrimonial	Tipo de Móvel	Quant.	Observações
Obs:					

1. Informar o estado dos móveis recebidos: revestimentos em boa qualidade (inclusive limpeza); montagem bem em boa rigidez nas peças; ausência de arranhões, amassados, descascados em pintura e que o empregado receptor do mobiliário achar conveniente informar.
2. Todo mobiliário recebido deve estar devidamente etiquetado, conforme estipulado em edital.

Local/Data _____, _____ de _____ de _____

Identificação do empregado receptor:
Nome com carimbo: _____

ANEXO 1-G

**LAUDO DE CONFORMIDADE ERGONOMICA E LAUDO DE CONFORMIDADE DE
ACESSIBILIDADE - LISTA DE MOBILIÁRIOS**

O LCE e o LCA **deverão** ser apresentados para os seguintes mobiliários:

PADRÃO SLIM DE MOBILIÁRIO	LCE	LCA
LX		X
PA1	X	
PA2	X	
PA3	X	
PM1	X	
PM1T	X	

ANEXO 1-H**APRESENTAÇÃO DE PROTÓTIPOS - LISTA DE MOBILIÁRIOS**

Esclarecemos que para a avaliação dos protótipos deverão ser apresentados os mobiliários listados abaixo:

SOFÁS, LONGARINAS, POLTRONAS E CADEIRAS (PADRÃO <i>SLIM</i>)	
MODELO	DESCRIÇÃO
SLIM-SF1	SOFÁ DE 1 LUGAR
SLIM-SF2	SOFÁ DE 2 LUGARES
SLIM-LXT	LONGARINA DE 1 LUGAR TAM XG
SLIM-L2T	LONGARINA DE 2 LUGARES
SLIM-L3T	LONGARINA DE 3 LUGARES
SLIM-PM1	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO
SLIM-PA1	POLTRONA C RODIZ E ESPALDAR ALTO
SLIM - PA2	POLTRONA RODIZ ESPALDA ALTO
SLIM-PA3	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO COM APOIO DE CABEÇA E AJUSTE LOMBAR - RESERVA TÉCNICA
SLIM-CFG	CADEIRA C RODIZ E BASE GIRATÓRIA E RODÍZIOS- RESERVA TÉCNICA
SLIM-CFA	CADEIRA FIXA ALTA BASE GIRATÓRIA E APOIO DE PÉS
SLIM-CFF	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA (clientes)
SLIM-CFP	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA E PRANCHETA
SLIM-CFC	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA PARA COPA
SLIM-PM1T	POLTRONA C RODIZ P TELEATEND

ANEXO 1-I**TRADE-IN**

Faz parte das obrigações da CONTRATADA a realização, às suas expensas, do Trade-in, que consiste no fornecimento de um novo mobiliário mediante ao recolhimento do mobiliário obsoleto, indicado pela CAIXA, com a concessão de um desconto no preço de venda dos produtos novos.

1. O desconto supracitado a ser aplicado no trade in será de no mínimo 4% (quatro por cento) acrescido do percentual ofertado na fase de negociação.
2. A CAIXA não tem a obrigação da utilização do trade in, podendo optar ou não pela sua utilização a cada contratação, de acordo com as necessidades operacionais. A formalização da opção trade in ocorrerá no momento da emissão do pedido.
3. No caso de a CAIXA optar pelo trade in a CONTRATADA tem a obrigação de aceitá-lo, conforme as regras deste TR.
4. A cada pedido a CONTRATADA realizará trade in em quantidade entre 90% até 110% da quantidade fornecida, e a propriedade destes bens retirados passa a ser da Contratada.
5. Quando da entrega dos mobiliários novos em substituição aos mobiliários obsoletos, a CONTRATADA deverá providenciar a retirada dos mobiliários obsoletos, que consiste em:
 - a. Desmontagem, embalagem, coleta, transporte, armazenamento, descaracterização, manufatura reversa, destinação e disposição final socialmente e ambientalmente adequada, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o gerenciamento de todas as etapas do processo.
 - b. A desmontagem consiste na segregação das peças dos mobiliários para fins de otimização do transporte, ficando a critério da Contratada decidir pelo transporte do material desmontado ou montado.
 - c. A descaracterização consiste na retirada de toda imagem da CAIXA dos mobiliários, tais como adesivos, etiquetas, logotipos dentre outros.
6. A coleta ocorrerá na própria unidade de entrega do mobiliário novo, podendo ocorrer excepcionalmente no CAD de vinculação, conforme anexo 1-B, ou em outra unidade CAIXA dentro da abrangência de fornecimento do contrato.
 - a. A coleta na própria unidade deverá ocorrer preferencialmente de forma concomitante à entrega do novo mobiliário, fora do horário de atendimento da unidade.
 - i. Quando não for possível o recolhimento concomitante à entrega, a contratada deverá providenciar a coleta conforme data e hora agendada pela CAIXA.
 - b. A coleta do mobiliário obsoleto via CAD deverá ocorrer anteriormente à entrega do mobiliário novo nas unidades de destino.

- c. Todo recolhimento deve ser previamente registrado em gerenciador, conforme anexo 1-J, para acompanhamento pela CAIXA.
- d. A Contratada deve recolher tão somente o mobiliário constante na Lista de Recolhimento de Material fornecida pela CAIXA, devendo para tanto capacitar seus prestadores para a correta identificação do mobiliário constante na lista.
- i. A contratada deverá disponibilizar relatório dos itens recolhidos com os respectivos números de etiqueta e cópia do Termo de Recolhimento de Mobiliário (anexo 1-C) assinado por empregado CAIXA, para baixa dos itens no sistema de controle de patrimônio da CAIXA.
- e. A eventual ausência de etiqueta não impedirá o recolhimento de determinado mobiliário, devendo a CONTRATADA identificar o mobiliário a ser recolhido através de seu modelo/descrição, valendo-se de book fotográfico fornecido pela CAIXA.
7. Todo e qualquer manuseio do mobiliário deverá ser executado por pessoal dotado de equipamento de proteção individual (EPI) adequado.
8. A etiqueta de patrimônio removida do mobiliário deverá ser destruída pela CONTRATADA ou entregue ao empregado da CAIXA responsável pelo acompanhamento do recolhimento.
9. Quando a decisão de destinação do mobiliário, pela Contratada, for o descarte, este deverá ocorrer de forma a minimizar eventuais impactos ao meio ambiente.
10. A contratada deverá emitir relatório mensal comprovando a destinação do mobiliário recolhido conforme contendo as informações mínimas conforme modelo abaixo:

Quantidade fornecida	Quantidade Trade in	Local de retirada	Destinação Trade in		Entidade	UF
			Destinação	Quantidade		
			Doação			
			Descarte Sustentável			
			venda			

ANEXO 1-J**PROCESSO DE ATENDIMENTO**

Faz parte das obrigações da CONTRATADA, às suas expensas, a gestão e organização dos pedidos de fornecimento e recolhimento de mobiliário recebidos, mantendo a CAIXA informada acerca dos atendimentos e cumprimento dos prazos.

1. A CONTRATADA deverá dispor de gerenciador dos pedidos de fornecimento e recolhimento (Trade-in) de mobiliário recebidos, de forma a efetuar a gestão de sua cadeia produtiva e assegurar o cumprimento dos prazos acordados.
2. A contratada deve oferecer suporte para que os pedidos sejam recebidos, tratados e respondidos eletronicamente, através de integração com o sistema da CAIXA.
 - a. A integração poderá ocorrer via API externa ou mensagem eletrônica (e-mail) automática.
3. A CONTRATADA deverá atender todos pedidos, dentro dos prazos previstos no Termo de Referência e permitir o acompanhamento on-line dos prazos e movimentações.
4. A CONTRATADA receberá o pedido de fornecimento de mobiliário contendo a lista de materiais a serem fornecidos juntamente com a data prevista para entrega.
 - a. A CONTRATADA deverá confirmar a data prevista informada no pedido, assegurando que o mobiliário será entregue sem atraso.
5. A CONTRATADA receberá a lista de recolhimento de mobiliário contendo a lista de materiais a serem retirados da unidade (Trade-In) juntamente com a data prevista para entrega.
 - a. A CONTRATADA deverá confirmar a data prevista informada na lista, assegurando que o mobiliário antigo será retirado sem atraso.
6. O gerenciador deve armazenar a digitalização do Termo de Recebimento do Mobiliário (Anexo 1-F) assinado por empregado CAIXA.
7. O gerenciador deve armazenar a digitalização do Termo de Recolhimento de Mobiliário (Anexo 1-C) assinado por empregado CAIXA para o caso em que houver Trade-In.

ANEXO 1-K**CENTRAL DE SUPORTE E AGENDAMENTO**

Faz parte das obrigações da CONTRATADA o provimento, às suas expensas, de ambiente adequado à implantação de Central de Suporte e agendamento, a partir do qual serão realizadas as atividades de atendimento e suporte remoto.

1. Requisitos gerais:

- a. Contar com equipe de atendimento devidamente treinada para atender a todas as demandas elencadas no item 2.
- b. Atendimento de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00.
- c. A CONTRATADA deverá definir o quantitativo de seus profissionais necessários para a realização dos serviços, levando em conta o volume de trabalho e a metodologia de atendimento.

2. Serviços mínimos:**a. Agendamento de entrega e recolhimento de mobiliário (Trade-in)**

- i. Realizar o agendamento de entrega e retirada de mobiliário das unidades com pedido de fornecimento de mobiliário.
- ii. Realizar ativamente o contato com os empregados indicados pela CAIXA para agendamento de entrega de mobiliário.
- iii. Consultar e informar o agendamento de entrega de mobiliário em determinada unidade CAIXA.
- iv. Informar previsão de horário de entrega do mobiliário atualizado.
- v. Realizar ajustes nos agendamentos de entrega e retirada do mobiliário.
- vi. O agendamento deve ser realizado e registrado com observância ao disposto no Anexo 1-J.

b. Orientações gerais quanto à entrega e substituição do mobiliário

- i. Orientar o empregado CAIXA quanto aos procedimentos de entrega e recolhimento do mobiliário.
- ii. Direcionar questionamentos que não estiverem no âmbito de atuação da Contratada ao canal adequado, conforme orientação da CAIXA.

ANEXO 1- L
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Anexos disponíveis para download no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

LICITAÇÃO CAIXA Nº 0219/2024

NOME DA PROPONENTE:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
E-MAIL:

1 OBJETO: Registro de Preços, para fornecimento e montagem de mobiliário estofado, para unidades da CAIXA, ativas ou que vierem a ser instaladas na Região Centro-Oeste do País, de acordo com as especificações e condições constantes do edital da Licitação CAIXA nº 0219/2024 e seus anexos

2 PROPOSTA DE PREÇO

SOFÁS, LONGARINAS, POLTRONAS E CADEIRAS –PADRÃO *SLIM*

CENTRO-OESTE

MODELO	CÓDIGO SAP	DESCRIÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	QTD	CUSTOS	
					UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
SLIM - PM1	6001970	SLIM - PM1-POLTRONA C RODIZ E ESPALDAR MEDIO		3543		
SLIM - PA1	6001971	SLIM - PA1-POLTRONA C RODIZ E ESPALDAR ALTO		376		
SLIM - PA2	6001972	SLIM - PA2-POLTRONA RODIZ ESPALDA ALTO		133		

SLIM - PA3	6001973	SLIM - PA3-POLTR ROD ESP TELA ALT AP CBÇ		82		
SLIM - CFG1	6001975	SLIM - CFG1-CADEIRA FIX C BASE GIRATORIA		720		
SLIM - CFA	6002009	SLIM - CFA - CADEIRA FIXA ALTA BASE GIRA		102		
SLIM - CFP	6001977	SLIM - CFP-CADEIRA FIX C BAS FIX E PRANC		432		
SLIM - CFF	6007057	SLIM - CFF – CADEIRA FIXA COM BASE FIXA		2185		
SLIM - CFC	6001978	SLIM - CFC-CADEIRA FIX C/ BAS FIX P/ COP		636		
SLIM - LXV	6002004	SLIM - LXV - LONGARINA 1 LUG TAM XG C REVEST		220		
SLIM - L2	6001968	SLIM - L2 -LONGARINA 2 LUGARES C REVEST		476		
SLIM - L3	6001969	SLIM - L3 -LONGARINA 3 LUGARES C REVEST		1108		
SLIM - SF1	6001966	SLIM - SF1–SOFÁ DE 1 LUGAR		132		
SLIM - SF2	6001967	SLIM - SF2–SOFÁ DE 2 LUGARES		81		
SLIM - PM1T	6007201	SLIM - PM1T-POLTRONA C RODIZ P TELEATEND		10		
				VALOR GLOBAL (*)		(*)

(*) Valor global que deverá ser preenchido no sistema.

Valor global por extenso: R\$ _____

OBSERVAÇÃO:

3. **TRADE IN:** O desconto a ser aplicado no **trade in** será de no mínimo 4% (quatro por cento) acrescido do percentual ofertado na fase de negociação.
4. **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** _____ dias, contados da data de sua apresentação. (Obs.: Não inferior a 60 dias, conforme Edital)
5. **PRAZO DE GARANTIA DOS MATERIAIS:** _____ anos contados a partir do seu recebimento definitivo. (Obs.: Não inferior a 05 anos, conforme edital).
6. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA** a serem prestados no período de vigência da garantia, conforme Edital e seus anexos;

7. **IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE TÉCNICO:** _____ empresa que prestará os serviços de assistência técnica com o CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail;
8. **NOME(S) DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) PARA ASSINATURA DO CONTRATO, CASO SEJA O VENCEDOR:**

CPF: _____
RG _____

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

1. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2. Não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste edital.
3. Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
4. O(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
Nome/RG/CPF

INSTRUÇÕES:

1. A PROPOSTA DE PREÇO corresponde ao VALOR GLOBAL, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.
2. A PROPOSTA COMERCIAL deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>;
 - 2.1 O licitante deverá acessar <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” → clicar em “ENTRAR” → realizar login → marcar a modalidade “LICITAÇÃO CAIXA” → escolher a opção “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, localizado no quadro “MINHAS ATIVIDADES” e, no item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.
- 3 – Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**PROCESSO n.º 5688.01.0751.0/2024**
LICITAÇÃO CAIXA Nº 0219/2024

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) _____ *[indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação]*, daqui por diante designada **CAIXA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de LICITAÇÃO CAIXA nº 0219/2024, do processo administrativo nº. 5688.01.0751.0/2024, em face da autorização do(a) _____ *(indicar o nome e cargo do autor da autorização _____ da CAIXA ou nos casos de autorização colegiada informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex., em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº____)*, de ____/____/____, RESOLVE registrar o preço da empresa (ou do consórcio) _____ *[indicar o nome da empresa ou do consórcio, em caixa-alta e negrito]*, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____ *[em caso de consórcio deverá ser informado CNPJ do consórcio constituído]*, com sede na _____ *(indicar o endereço completo, inclusive CEP)*, neste ato representada(o) por _____ *(indicar e qualificar o representante do fornecedor)*, doravante designada **FORNECEDOR**, *(incluir em caso de consórcio: sendo o referido consórcio constituído pela empresa líder _____ (indicar o nome da empresa líder do consórcio, em caixa-alta e negrito), inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, com sede na _____ (indicar o endereço completo, inclusive CEP), e pela(s) empresa(s) _____ (indicar nome, CNPJ e endereço completo das demais empresas que constituem o consórcio)*, doravante designadas **CONSORCIADAS**), nas quantidades estimadas anuais, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelos Decretos nº 8.538 de 06/10/2015 e nº 11.462 de 31/03/2023, e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e aos preceitos de Direito Privado, bem como as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para o fornecimento e montagem de mobiliário estofado, para unidades da CAIXA, ativas ou que vierem a ser instaladas na Região Centro-Oeste do País.

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a CAIXA a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada à detentora do registro, primeira colocada, a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da presente Ata será de 01 (um) ano, a contar de dd/mm/aaaa, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço.

Parágrafo Primeiro – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será instado a se manifestar, por escrito, com, no mínimo, **150 (cento cinquenta)** dias de antecedência do vencimento da Ata, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

Parágrafo Segundo – No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

A gestão deste instrumento caberá à CELOG no seu aspecto operacional e à CEFOR, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

Os preços unitários registrados e os quantitativos estimados para cada um dos itens estão elencados na presente ata, conforme segue:

MODELO	CÓDIGO SAP	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE	QTD	CUSTOS	
					UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
SLIM - PM1	6001970	SLIM - PM1-POLTRONA C RODIZ E ESPALDAR MEDIO		3543		
SLIM - PA1	6001971	SLIM - PA1-POLTRONA C RODIZ E ESPALDAR ALTO		376		
SLIM - PA2	6001972	SLIM - PA2-POLTRONA RODIZ ESPALDA ALTO		133		
SLIM - PA3	6001973	SLIM - PA3-POLTR ROD ESP TELA ALT AP CBÇ		82		
SLIM - CFG1	6001975	SLIM - CFG1-CADEIRA FIX C BASE GIRATORIA		720		
SLIM - CFA	6002009	SLIM - CFA - CADEIRA FIXA ALTA BASE GIRA		102		
SLIM - CFP	6001977	SLIM - CFP-CADEIRA FIX C BAS FIX E PRANC		432		
SLIM - CFF	6007057	SLIM - CFF – CADEIRA FIXA COM BASE FIXA		2185		
SLIM - CFC	6001978	SLIM - CFC-CADEIRA FIX C/ BAS FIX P/ COP		636		
SLIM - LXV	6002004	SLIM - LXV - LONGARINA 1 LUG TAM XG C REVEST		220		
SLIM - L2	6001968	SLIM - L2 -LONGARINA 2 LUGARES C REVEST		476		
SLIM - L3	6001969	SLIM - L3 -LONGARINA 3 LUGARES C REVEST		1108		
SLIM - SF1	6001966	SLIM - SF1-SOFÁ DE 1 LUGAR		132		
SLIM - SF2	6001967	SLIM - SF2-SOFÁ DE 2 LUGARES		81		
SLIM - PM1T	6007201	SLIM - PM1T-POLTRONA C RODIZ P TELEATEND		10		
VALOR GLOBAL (*)						(*)

FORNECEDOR**1º CLASSIFICADO: CNPJ**

Parágrafo Primeiro – Sobre os preços acima registrados, caso a CAIXA opte pelo *TRADE IN*, haverá a aplicação do desconto de, no mínimo, 4% (quatro por cento).

Parágrafo Segundo - O(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro reserva está(ão) relacionado(s) no Anexo I desta Ata. **[excluir este parágrafo se não houver cadastro reserva]**

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

Os materiais deverão ser entregues em conformidade com a solicitação da CAIXA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do(s) Contrato(s) pela última parte, na(s) Unidade(s) nele(s) indicada(s).

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações para o fornecimento na ordem de sua classificação, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro – As contratações de que trata este instrumento serão efetuadas por meio de Contratos emitidos pela CAIXA, contendo as informações pertinentes, tais como o nº. da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, os prazos e endereços para entrega/execução.

Parágrafo Segundo – O Contrato será encaminhado ao fornecedor que deverá assiná-lo e devolvê-lo à CAIXA no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro – Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o Contrato, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis, a CAIXA poderá convocar os demais fornecedores registrados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto – A CAIXA fará o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação do fornecimento.

Parágrafo Quinto – Durante a vigência da Ata a CAIXA se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, de modo a comprovar o atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Edital e atribuídas pelo FORNECEDOR.

Parágrafo Sexto – Caso seja detectado que o produto entregue não atende às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a CAIXA rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se o FORNECEDOR a providenciar a substituição do produto não aceitos no prazo de 10 (dez) dias corridos, bem como a retirada do material rejeitado.

Parágrafo Sétimo – O aceite/aprovação dos bens pela CAIXA, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pelo FORNECEDOR registrados verificados posteriormente, garantindo-se à CAIXA as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

- I Obedecer rigorosamente ao(s) prazo(s) e o(s) local(is) de entrega, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, bem como as demais disposições previstas nos contratos, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- II Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados no decorrer da vigência da Ata e dos respectivos contratos a serem firmados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;
- III Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, quando da assinatura dos contratos;
- IV Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA no tocante ao objeto contratado, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;
- V Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento previsto neste instrumento, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- VI Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a qualquer tempo e sem ônus para a CAIXA, toda ou parte da remessa do fornecimento nos casos em que o objeto estiver em desacordo com as especificações deste contrato e anexos ou apresentar defeitos, vícios, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sujeitando-se as penalidades cabíveis; no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para eventuais defeitos de montagem, ou substituição, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a critério da CAIXA, dos bens que apresentem defeito de fabricação ou divergência nas especificações constatado no momento da entrega do mobiliário.
- VII Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso as suas dependências;
- VIII Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste Ata e seus

respectivos contratos;

- IX Manter, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- X Manter perante a CAIXA, durante a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;
- XI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- XIII Observar estritamente a vedação ao nepotismo, sob as penas da lei, declarando neste ato que:
- a) Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - b) Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
 - c) Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - d) Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - e) Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

- f) Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensão, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - g) Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
 - h) Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
 - i) Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - Dirigente da CAIXA;
 - Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
 - j) Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.
- XIV Manter, durante todo o período de vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- XV Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;
- XVI Aceitar alterações das condições de fornecimento inicialmente pactuados nos contratos decorrentes da presente Ata, no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato.
- XVII Indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, quando não atendidas as disposições desta Ata e dos respectivos contratos, sendo que a responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;
- XVIII Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes de sua omissão;
- XIX Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

- XX Assumir defeitos do bem produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;
- XXI Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.
- XXII Comprometer-se a não suspender o fornecimento no caso de devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA;
- XXIII Manter atualizados, durante a vigência da Ata e dos respectivos contratos dela decorrentes o cadastro e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- XXIV Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição na execução do objeto, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;
- XXV Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- XXVI Manter, pelo prazo da garantia, estoque de peças, componentes e sobressalentes para reposição, sempre que necessário;
- XXVII Entregar, comprovadamente, produto novo e de 1ª qualidade, não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado;
- XXVIII Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do material até o local de entrega/instalação;
- XXIX Informar nas embalagens de transporte dos bens, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: nome e número da peça, quantidade contida em cada embalagem, se for o caso, número da Ata de Registro de Preços, nº. e data do Contrato e o nome da fornecedora/fabricante;
- XXX Identificar o material, individualmente, afixando etiqueta indelével autoadesiva na parte interna do elemento de sinalização instalado onde constem os dados de identificação da mesma (razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato),

e a data (mês e ano) do fornecimento do elemento de sinalização;

- XXXI Prestar garantia total pelo prazo constante da proposta;
- XXXII Providenciar, nos prazos definidos no Termo de Referência – Anexo I, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante o período de garantia;
- XXXIII Dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;
- XXXIV Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela CAIXA;
- XXXV Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA (https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx);
- XXXVI Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XXXVII Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Vigésima Terceira.
- XXXVIII Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba "Downloads", no link "A CAIXA – Governança Corporativa"), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do FORNECEDOR, além daquelas previstas neste instrumento e seus anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato pela contratada, as quais serão reembolsadas à CAIXA.
- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da contratada nas dependências da CAIXA;
- II Notificar formalmente o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento a ser contratado, oportunizada a defesa prévia;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata e nos contratos dela decorrentes.
- IV Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
- V Indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos Contratos.
- VI Exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos por meio do representante especialmente designado.

Parágrafo Único – No caso de supressão de bens nos contratos decorrentes da Ata, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA REPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
 - a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
 - b) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional.
 - c) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;
 - d) Utilização de fontes renováveis de energia;
 - e) Gestão adequada de resíduos;
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
 - a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
 - a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.

- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.
- IX Aplicar treinamento anual para seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho, podendo para isso utilizar material de referência fornecido pela CAIXA e apresentar a respectiva Declaração de Treinamento dos Empregados, anexo ao contrato, comprovando a conclusão, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), a partir da assinatura do contrato.
- a) Caso a CONTRATADA tenha realizado cursos com temática similar, poderá ser apresentada evidência comprobatória (certificado, declaração ou documento equivalente), no mesmo prazo, sendo a carga horária mínima exigida de 05 (cinco) horas.
- b) A capacitação dos empregados deverá ocorrer a cada anualidade do contrato, durante a jornada de trabalho dos empregados.
- X Promover atividades periódicas relacionadas às normas e rotinas da segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e de segurança a serem observadas, de maneira a fomentar um ambiente de trabalho saudável e seguro para os seus colaboradores, implementando, inclusive, ações de Saúde e Qualidade de Vida para os empregados.
- a) A cada anualidade do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato.
- XI Instituir e manter programa de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

- a) A cada anualidade do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato.
- XII Observar, no que couber, a Lei Nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na execução dos serviços.
- XIII Implementar no seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e Gases de Efeito Estufa (GEE), bem como aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.
- a) A contratada deverá apresentar, ao final de cada anualidade do contrato, um dos documentos a seguir:
- Inventário de Efeito de Gás Estufa;
 - Relatório de Sustentabilidade publicado de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* – GRI; ou
 - Certificado de Crédito de Carbono.
- XIV Apresentar o Plano de Gerenciamento de Redução, Reutilização, Reciclagem e Destinação Adequada de Resíduos, aprovado pela autoridade municipal, estadual ou distrital competente, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos de suas atividades, comprovando o pleno atendimento à legislação específica sobre a matéria, Lei 12.305/2010 e Decreto 10.936/2022.
- XV Apresentar, ao final de cada anualidade do contrato, evidências que comprovem as implementações e melhorias estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Redução, Reutilização, Reciclagem e Destinação Adequada de Resíduos, aprovado pela autoridade municipal, estadual ou distrital competente.
- XVI Desenvolver política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa.
- XVII Estruturar e implementar, sempre que possível, sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS

O FORNECEDOR providenciará por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação durante o período de 05 (cinco) anos, a contar da data do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A CAIXA, após recebimento do documento fiscal e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à contratada, no 10º (décimo) dia útil a contar da data da entrega do objeto aceito pela CAIXA, mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

Parágrafo Primeiro – O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à contratada a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) a identificação completa da CAIXA, com o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do Contrato;
- b) descrição detalhada de todos os itens que compõem o fornecimento de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, quando for o caso, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) pelo fornecimento.
- c) quando ocorrer o *trade-in* deve ser contemplado no valor da fatura o percentual de desconto negociado na licitação para essa operação.

Parágrafo Segundo – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a contratada a suspender o fornecimento.

Parágrafo Terceiro – A CAIXA fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso o FORNECEDOR, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a contratada esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quarto – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pela contratada, serão cobrados diretamente da contratada.

Parágrafo Quinto – O FORNECEDOR, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

Parágrafo Sexto – A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade do FORNECEDOR.

Parágrafo Sétimo – Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a contratada será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual e/ou cancelamento do registro de preço do fornecedor.

Parágrafo Oitavo – Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

Parágrafo Nono – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido no Contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VIN}$$
$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV na data inicial

IDF = IGP-M/FGV na data final

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução dos contratos decorrentes da presente Ata caberá a CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo – A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência do fornecedor à legislação anticorrupção.

Parágrafo Terceiro – A ausência de fiscalização por parte da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO RESSARCIMENTO

O FORNECEDOR autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos contratos decorrentes da presente Ata independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro – O FORNECEDOR concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Segundo – O FORNECEDOR concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que ao fornecedor, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = \frac{VIN}{IDI} \times IDF, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva do Fornecedor:

- I todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto dos Contratos, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CAIXA convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Primeiro – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo Segundo – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, conforme Cláusula Quarta desta Ata.

Parágrafo Terceiro – É admitido o reajuste de preços registrados, para mais ou para menos, limitado à variação obtida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para o fornecimento do bem, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Quarto – O reajuste será contado a partir da data de apresentação da última proposta homologada na licitação e os efeitos financeiros, a partir da prorrogação da vigência da Ata.

Parágrafo Quinto – A atualização dos preços será realizada para todos os valores da Ata (valor unitário, garantia contratual, dentre outros) e será aplicada sobre os valores registrados.

Parágrafo Sexto – Os contratos decorrentes do acionamento desta Ata que já estiverem assinados antes das revisões de preços não serão alcançados por elas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A CAIXA poderá cancelar os preços registrados, e rescindir os contratos vinculados a esta Ata, de pleno direito, no todo ou em parte, nas seguintes situações:

- I Quando o Fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- II Quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa do Contrato decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 74 e 75 do Regulamento de Licitações e Contratos CAIXA;
- IV Quando o Fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos praticados no mercado;

Parágrafo Primeiro – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Terceiro – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela CAIXA, e neste caso faculta-se a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo Quinto – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativas à execução do objeto desta Ata.

Parágrafo Sexto – Os casos de cancelamento do registro serão formalmente motivados pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos decorrentes da presente Ata e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I Multa;
- II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro – No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.

Parágrafo Segundo - A multa prevista é aplicável, simultaneamente, com o desconto objeto na cláusula décima terceira, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas nesta Ata.

Parágrafo Terceiro – Além da multa prevista no parágrafo primeiro, serão aplicadas nas situações, condições e percentuais a seguir:

- a) Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 1% (um por cento) do faturamento mensal;
- b) Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato;
- c) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a realização da capacitação de seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho: multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia de atraso, limitado a 1% do faturamento mensal;
- d) Pela não realização de atividades periódicas relacionadas à segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e segurança, a partir do 6º (sexto) mês de vigência do contrato: multa de 1% (um por cento) faturamento mensal;
- e) Pela não realização de ações de sensibilização sobre a temática combate à discriminação no trabalho e à não utilização de práticas de assédio moral ou sexual, a partir do 6º (sexto) mês de vigência do contrato: multa de 1% (um por cento) faturamento mensal;
- f) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a redução ou neutralização de Gases do Efeito Estufa, a partir do 6º (sexto) mês de vigência do contrato: multa de 1% (um por cento) faturamento mensal;
- g) Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre as ações de logística inversa e reversa assim como incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, a partir do 6º (sexto) mês de vigência do contrato: multa de 1% (um por cento) faturamento mensal;
- h) O não fornecimento/entrega do material solicitado na quantidade, data e locais previamente estipulados no contrato implicará em multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, cobrada em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do mobiliário, limitado a 10 % (dez por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quarto - O Fornecedor autoriza à CAIXA descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação aos Contratos decorrentes desta Ata e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a CAIXA, e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Quinto – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- e) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) Não mantiver a proposta;
- i) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- K) Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;
- l) Não apresentar a comprovação de redução da geração de resíduos de produtos tóxicos ou a da emissão de gases do efeito estufa;
- m) Não comprovar a realização de logística inversa e reversa;

Parágrafo Sexto – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo Sétimo – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Oitavo – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Nono – A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

Parágrafo Décimo – A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista na rubrica orçamentária 3102-01.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

A rescisão dos contratos decorrentes da Ata ocorrerá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para a contratada;
- III Por determinação judicial;

Parágrafo Primeiro – Constituem motivo para a rescisão unilateral dos contratos:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- c) O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- e) Inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente;
- g) Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente

justificadas.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

Parágrafo Quinto - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativamente ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Durante a vigência esta Ata poderá ser utilizada por qualquer estatal regida pela Lei 13.303/2016, que não tenha participado do certame licitatório, desde que observadas as seguintes condições:

- I Prévia anuência da CAIXA;
- II Apresentação de justificativa da estatal que demonstre a vantagem da utilização da Ata;
- III A totalidade decorrente de adesões está limitada ao quantitativo máximo de cada item previsto no Edital e registrado nesta Ata, independente do número de estatais que aderirem;
- IV Aceitação do Fornecedor beneficiário, observadas as condições estabelecidas nesta Ata e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes dela, assumidas com a CAIXA;

Parágrafo Primeiro – O órgão e entidade que pretender fazer uso da Ata deve consultar a CAIXA, que avaliará o atendimento às condições exigidas nos incisos do caput desta cláusula e, se atendidas todas, autorizará a adesão.

Parágrafo Segundo – Após a autorização da CAIXA, as estatais deverão efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata.

Parágrafo Terceiro - Compete a estatal os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à CAIXA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente desta Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- II Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações no local de entrega dos produtos, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- III A detentora do preço registrado informará à CAIXA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa;
- IV Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, a CAIXA reserva-se o direito de rescindir a Ata, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social;
- V A CONTRATADA não poderá utilizar o nome da CAIXA, ou sua qualidade de detentora de preço registrado ou de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediato cancelamento desta Ata e do Contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis;
- VI A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
- VII É vedada a subcontratação para a execução do objeto desta Ata.
- VIII No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.
- IX É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

X A assinatura digital é válida para o documento todo, isto é, para o instrumento contratual e seus anexos, desde que tenham sido remetidos em um mesmo documento para serem assinados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste instrumento, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

_____, _____ de _____ de _____
Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

Registro dos licitantes que aceitaram igualar os preços ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

FORNECEDOR 1: CNPJ

FORNECEDOR 2: CNPJ

[incluir todos os fornecedores que manifestaram interesse pelo Portal Licitações CAIXA e apresentaram a proposta ajustada]

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e

serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

2.1.6 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.7 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

2.1.8 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

2.1.9 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.10 Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

2.1.11 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.12 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.13 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.1.14 Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

2.1.15 Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

2.1.16 Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

2.1.17 De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site www.jogoresponsavel.com.br e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR]

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS

O FORNECEDOR DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(_____)

Nome/RG/CPF

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL**
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA – FORNECEDORES**

Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO
MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA– FORNECEDORES**

Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]

DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS

Eu,....., CPF....., representante da empresa
....., CNPJ, no cargo de
....., declaro que todos os empregados vinculados a esta organização
que prestam serviços na CAIXA, receberam treinamento referente aos conteúdos de
Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança
Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio
Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela CAIXA por meio de
seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>,
www.licitacoes.caixa.gov.br, ícone “Informações aos Fornecedores CAIXA” e
[https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-](https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf)
[Moral-Sexual-Discriminacao.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf) (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link
“A CAIXA – Governança Corporativa”)

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser
contratados durante a vigência do contrato com a CAIXA, antes de prestarem serviços a
ela.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

Nome

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Número do Instrumento Contratual / (Pedido SAP)

CONTRATANTE:

CNPJ:

Endereço:

Representada por: – CPF:

CONTRATADA:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Representada por: - CPF(MF):

1 DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para fornecimento e montagem de mobiliário estofado, para unidades da CAIXA, ativas ou que vierem a ser instaladas na Região Centro-Oeste do País, conforme especificação contida na Ata de Registro de Preços e no correspondente Termo de Referência/Caderno de Especificações, Anexo I, no quantitativo abaixo:

Seq.	Item	Qtd.	Unid.	Vlr. unitário	Un. Cx.	Vlr. total	Data remessa

1.2 Endereço de entrega: .

2 DOS PRAZOS

2.1 A entrega/execução do objeto deve ocorrer em horário comercial, salvo situações devidamente acordadas com a contratante, nos quantitativos, locais acima e no prazo indicado na Ata de Registro de Preços.

2.2 O presente contrato terá a vigência em conformidade com o definido na cláusula “DOS PRAZOS” da Ata de Registro de Preços, a contar da data de assinatura pela última parte, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.

3 DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Pela perfeita execução do objeto e obedecidas as demais condições estipuladas neste contrato e na Ata de Registro de Preços , a CAIXA pagará à Contratada os preços acima indicados, perfazendo o valor global de R\$ (), pelo período de vigência da contratação.

3.2 Após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, a CAIXA efetuará o pagamento à Contratada, nos termos e condições definidos na cláusula “DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO” da Ata de Registro de Preços.

4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Observar as condições contratuais constantes da Ata de Registro de Preços , para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4.2 Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes.

5 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

5.1 A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se a atender as disposições estabelecidas na cláusula “DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA” da Ata de Registro de Preços.

6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas constantes da Ata de Registro de Preços .

7 DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Conforme previsto na cláusula “DA GARANTIA CONTRATUAL” da Ata de Registro de Preços.

8 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista na Ata de Registro de Preços.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Este contrato está vinculado às cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº , bem como à proposta da Contratada, apresentada no correspondente certame.

10 DO FORO

10.1 Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato fica eleito o seguinte Foro da Justiça Federal previsto na Ata de Registro de Preços: Rio de Janeiro.

, de de .

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA**Testemunhas:**

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

OBS: A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR O NÚMERO DESTES CONTRATOS NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL.

ANEXO V**DECLARAÇÃO MPE**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na LICITAÇÃO CAIXA nº 0219/2024 que:

- se enquadra na condição de _____ **(o licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI),** nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte]** ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempreendedor individual - MEI]**, e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa
Nome/RG/CPF

OBS: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante.

ANEXO VI**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº _____, por meio do seu representante devidamente constituído, para fins do disposto no Edital da Licitação CAIXA n.º 0219/2024.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, _____, RG _____, órgão expedidor _____, CPF _____, representante legal da empresa _____ **[Inserir nome da empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA para efeitos de habilitação para a LICITAÇÃO CAIXA nº. 0219/2024, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Licitador.

Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados

a) Proposta e Planilha (se for o caso);

() Proposta Comercial, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**

() Planilha Orçamentária, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**

b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;

() Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº _____, datado de _____;

c) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista; **(Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))**

() Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

() CND FGTS

() CND Trabalhista

d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

() Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;

() Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; **(identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)**

() Atestados / certidões / declarações _____

() Atestados / certidões / declarações _____

() Atestados / certidões / declarações _____

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; **(elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)**

() _____;

() _____;

() _____;

() _____;

() _____;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

II – autenticação de cópia de documento, [...]

[...]

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”

Localidade, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

RG:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>).

ANEXO VIII
VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS

Item	Modelo	Descrição	Qtd	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	PM1	SLIM - PM1-POLTRONA C RODIZ E ESPALDAR MEDIO	3543	R\$ 1.899,70	R\$ 6.730.637,10
2	PA1	SLIM - PA1-POLTRONA C RODIZ E ESPALDAR ALTO	376	R\$ 3.299,12	R\$ 1.240.469,12
3	PA2	SLIM - PA2-POLTRONA RODIZ ESPALDA ALTO	133	R\$ 3.574,46	R\$ 475.403,18
4	PA3	SLIM - PA3-POLTR ROD ESP TELA ALT AP CBÇ	82	R\$ 3.232,23	R\$ 265.042,86
5	CFG	SLIM - CFG - CADEIRA F BASE GIRAT E ROD	720	R\$ 1.266,51	R\$ 911.887,20
6	CFA	SLIM - CFA - CADEIRA FIXA ALTA BASE GIRA	102	R\$ 1.324,69	R\$ 135.118,38
7	CFP	SLIM - CFP-CADEIRA FIX C BAS FIX E PRANC	432	R\$ 1.667,86	R\$ 720.515,52
8	CFF	SLIM - CFF – CADEIRA FIXA COM BASE FIXA	2185	R\$ 884,87	R\$ 1.933.440,95
9	CFC	SLIM - CFC-CADEIRA FIX C/ BAS FIX P/ COP	636	R\$ 833,93	R\$ 530.379,48
10	LX	SLIM - LX - LONGARINA 1 LUGAR TAMANHO XG	220	R\$ 3.807,81	R\$ 837.718,20
11	L2	SLIM - L2 - LONGARINA 2 LUGARES	476	R\$ 2.648,20	R\$ 1.260.543,20
12	L3	SLIM - L3 - LONGARINA 3 LUGARES	1108	R\$ 3.491,58	R\$ 3.868.670,64
13	SF1	SLIM - SF1-SOFÁ DE 1 LUGAR	132	R\$ 3.711,72	R\$ 489.947,04
14	SF2	SLIM - SF2-SOFÁ DE 2 LUGARES	81	R\$ 4.984,78	R\$ 403.767,18
15	PM1T	SLIM - PM1T-POLTRONA C RODIZ P TELEATEND	10	R\$ 2.199,41	R\$ 21.994,10
					R\$ 19.825.534,15